

ATA 18/07-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos dezenove dias do mês de julho de 2007, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 325 e com início as 18:45 horas, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre, tendo a seguinte proposta de Pauta: 1)Abertura, 2)Apreciação e Votação da Ata 16/07, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura dos Pareceres 34/07, 35/07, 36/07, 37/07, 38/07, 39/07 e 40/07, 5)Informes 6)Pauta Principal: Votação dos INDICADORES DO PACTO PELA SAÚDE 2007. Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: **1)Oscar Paniz, 2)Nei Carvalho, 3)Rejane Haidrich, 4)Flavio Becco, 5)Marta Marcantonio, 6)Riograndino de Oliveira, 7)João Felizberto Vargas Melo, 8)Clodomar Freitas, 9)Maria Letícia de Oliveira Garcia, 10)Ione Terezinha Nichele, 11)Fabiana de Souza, 12)Deoclides Ferreira de Almeida, 13)Zilda de Moraes Martins, 14)Maria Ivone Dill, 15)Odir Citolin, 16)Paulo Antônio Stöelben, 17)Heloísa Helena Rousselet de Alencar, 18)Rene Miguel Alves, 19)José Carlos Silva Vieira, 20)Maria Angélica Mello Machado, 21)Giovana Monteiro, 22)Alberto Terres, 23)Tânia Ledi da Luz Ruchinsche, 24)Lindsey Marilyn da Silva Larson, 25)Fabiane Pacheco Oliveira, 26)Nauro Aguiar, 27)Gislaine Margarida Rodrigues, 28)Isis de Azevedo Silveira, 29)Janete Nunes Soares, 30)Almerinda Rejane Cunha dos Santos, 31)Cláudia Feldmann Gonçalves, 32)Jairo Francisco Tessari, 33)Alcides Pozzobon, 34)Roger dos Santos Rosa, 35)Márcia Nunes. Os Conselheiros Suplentes presentes eram: **1)Angela Regina Groeff Nunez, 2)Antônio Losada, 3)Elizabeth dos Santos Freitas, 4)João Batista Ferreira, 5)Paulo Goulart dos Santos.** Justificaram suas ausências, Maria Encarnacion Morales Ortega, Humberto Scorza, Débora Melecchi, Lisia Hausen Gabe, Lizete de Oliveira e Jaci dos Santos e José Antônio dos Santos. Seguindo, a Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS, coloca em apreciação e votação a Ata 16/07. A Conselheira REJANE registra suas propostas de alteração ou correção. Após, a Coordenadora encaminha a votação e a Ata 16/07 é aprovada por 16 votos favoráveis, 1 contrário e 4 abstenções. O Conselheiro NAURO AGUIAR, representando o Sindicato Médico deseja fazer a sua declaração de voto contrário. Diz ele então que acompanhou parte daquela Plenária e na verdade deveria se abster, mas até o momento em que fiquei, houve uma manifestação do Conselheiro CLODOMAR, que fez muitas ofensas aos médicos. Eu pedi a palavra, que não foi concedida, pela Plenária e pela Mesa, que eu achei uma desconsideração muito grande. Mas de qualquer maneira o Sindicato fez um pedido oficial ao Conselho, para obter a cópia da fita da gravação da reunião. Estamos aguardando o posicionamento. O Conselheiro OSCAR disse-me já ter o Conselho enviado o ofício ao Sindicato, o qual não recebi ainda. Então é somente para explicar, pois o que está escrito aqui na Ata me parece tão pouco, pois ele falou tanta coisa, ofendeu tanto, que eu queria escutar a fita. Manifesta-se o Conselheiro OSCAR PANIZ, dizendo que houve a solicitação do Sindicato Médico desta fita. Na reunião do Núcleo de Coordenação foi decidido que se responderia à solicitação, o que foi feito. Ressalto que sou responsável pela confecção da Ata e muitos termos, agressivos uns, e até de baixo nível outros, optamos por não colocar na ata, pois é um documento que para nós retrata o comportamento do Conselho e como as atas são públicas e circulam bastante, não acho correto colocar terminologias inadequadas. Ressalto que nada tem a haver com censura. Prosseguindo, solicita a Coordenadora ZILDA MARTINS que se faça a leitura dos Pareceres. A Coordenadora da SETEC, ELEN BORBA apresenta então, os mesmos. PARECER 035/07-INSTITUTO DO EXCEPCIONAL - Plano de Aplicação da 12º etapa do Programa Solidariedade. Valor de R\$1.106,48. Recursos do Governo do Estado do RS. PARECER 036/07-IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – Plano de Aplicação da 12º etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 4.988,89. Recursos do Governo do Estado do RS. PARECER 037/07-HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE – Prestação de Contas do Plano de Aplicação da 11º etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 26.020,40. Recursos do Governo do Estado do RS. PARECER 038/07 – HOSPITAL PARQUE BELEM.**

Prestação de Contas do Plano de Aplicação da 11ª etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 25.732,13. Recursos do Governo do Estado do RS. PARECER 039/07 – ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA – Apresentação do Relatório de Atividades do Programa Parceria Resolve de Abril a Junho de 2007. Feita a apresentação é consultada a Plenária se alguém deseja algum esclarecimento. Nada havendo é encaminhada a votação, sendo aprovados os pareceres acima por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo a Conselheira ELEN BORBA apresenta o PARECER 040/07 da COORDENAÇÃO GERAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, referente à Prestação de Contas do PPI_VS 2006. A plenária é consultada sobre algum esclarecimento que deva ser feito sobre o mesmo. Nada havendo, é encaminhada a votação e o mesmo é aprovado por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções. O Conselheiro OSCAR PANIZ registra uma correção a ser feita na Ata 13/07. Onde se lê, na linha 01, mês de março, o correto é maio. Seguindo, é encaminhada a palavra ao Dr. ELISEU SANTOS, vice-prefeito de Porto Alegre, que assumiu o cargo de Secretário da Saúde, no lugar do Dr. PEDRO GUS. Manifesta-se o Dr. ELISEU então, saudando aos presentes, dizendo que a Secretaria, a partir de nosso trabalho, de nossa visão, estará aberta a todos que queiram melhorar o atendimento de Assistência Médica ao nosso povo. Para aqueles que mais precisam. Eu tenho um foco e quero investir sobre a Prevenção. O Programa de Saúde da Família, na minha visão, é um Programa excelente. Não vamos prometer nenhum milagre. Como disse numa entrevista, não tem Secretário que acabe com fila, que resolva a saúde do Brasil. Não existe no Brasil nenhum município em que estejam sobrando recursos. Que o Secretário possa dizer que o dele é o melhor do país. Nós estamos aqui para pedir que, juntos, vamos lutar para melhorar a assistência médica de quem precisa. O recurso não tem sobrando. Temos um teto, que vocês conhecem bem. Acho que acima do dinheiro está a vida. E na vida, gente com dignidade é gente com saúde. Agora estou com um programa permanente. Não será como enceradeira nova. Vou visitar todos os Postos. Já visitamos 9. Depois que nós terminarmos, vamos fazer um programa. Não terão um Secretário sentado aqui dentro. É meu estilo de vida, de trabalho. Eu vou visitar e quero dizer a vocês, que nós manteremos um canal aberto aqui na Secretaria para conversar com aquelas pessoas que queiram nos ajudar. Com as pessoas que queiram fazer uma política de saúde séria, voltada para o povo que mais precisa, nesta cidade. Não temos varinha mágica. Quem me conhece da Zona Norte, sabe que sou médico há 32 anos, no Cristo Redentor. Tenho uma caminhada política. Mas acima de tudo, o que mais me orgulha é meu título de médico. Dos títulos políticos, dependemos do voto, do partido. Meu título de médico consegui na Universidade Federal do RS. Dependí de mim e de Deus. Tenho muito orgulho de ser médico. E este sentimento de ser médico, de ajudar aquele que precisa, quem conhece a minha trajetória, sabe que isto se mantém vivo dentro de mim. Estou aí, à disposição. Muito obrigado e que Deus nos abençoe. Tenho certeza de que ninguém está reunido aqui porque não tem nada o que fazer, mas sim para melhorar a assistência médica. Temos que trabalhar. Vou dizer a vocês, de peito aberto, que temos um grande desafio. Quero empatar este jogo e ganhar. Quando digo que quero empatar é que na minha visão, estamos perdendo. Na minha visão de político, perdemos o jogo até agora. Quero empatar este jogo e ganhar. Para que? Para que o povo tenha melhor atendimento. Prosseguindo, a Coordenadora ZILDA MARTINS registra a presença da Dra. ANGELA ROTUNNO, Promotora do Ministério Público Estadual. Seguindo nos informes, manifesta-se a Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN, que diz trabalhar numa equipe de PSF, no Bairro Camaquã, há 11 anos. O meu informe é de que foi formado um Grupo de Trabalho para, junto com a Secretaria Municipal da Saúde, nos unirmos e encontrarmos uma maneira nova, uma maneira adequada para o nosso futuro. Futuro este referente à contratação. Todos devem saber que em agosto fecha o contrato com a FAURGS e permanecemos ainda com a indefinição do que irá acontecer. Já passamos ao Secretário este ofício que tenho em mãos (cópia de documento disponível na Secretaria do Conselho) que contém o nome das componentes do Grupo de Trabalho, que foi formado após uma reunião com o Secretário anterior. A gente pede então que no momento que as tratativas comecem a ser efetuadas, que chamem a Comissão, para que juntos possamos sentar e discutir os novos rumos desta temática. É um Programa importante. O Senhor Secretário acabou de confirmar. É uma estratégia do Governo Federal, que está dando certo e o objetivo é

ampliar cada vez mais. Hoje fazemos um bom trabalho, com o reconhecimento da população, em geral. Dando seqüência a Coordenadora ZILDA solicita que a Senhora ESTER, trabalhadora do CAPS/CAIS Mental Centro faça a sua manifestação. Apresenta-se ela então, fazendo a leitura de um documento endereçado à Coordenação do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Distrital Centro e da Comissão de Saúde Mental (documento disponível na Secretaria do Conselho). Após a apresentação do documento, o Dr. ELISEU SANTOS solicita a presença da Dra. LIZIA MOTA para que a mesma responda a manifestação da Equipe do CAPS/CAIS Mental Centro. Manifesta-se então a Dra. LIZIA MOTA, dizendo que anteriormente, em uma apresentação neste Conselho, tratamos de CAPS, conceitos, etc..Este, no caso, é um CAPS 2, que tem uma Portaria do Ministério da Saúde, que o regra. Pela Portaria deveria ter um psiquiatra. Deixamos claro que todos os movimentos que tem-se feito até o momento, são absolutamente conceituais. De gestão. Temos uma identificação, por diagnóstico, que posteriormente podemos trazer para apresentar. Nós nos deparamos com uma necessidade premente de recursos humanos no PACS. Num primeiro momento, em relação ao Psiquiatra identificamos que ele estava lotado no PACS, ou seja, parte da carga horária no PACS e parte no CAIS. Então por uma necessidade de serviço realocamos ele com a carga integral no PACS. Ele está então fazendo um trabalho lá. Ficaram 2 psiquiatras no CAIS, que lá estão “lotados”. Uma é a Coordenadora do serviço, que apesar de não estar mais lá, administrativamente ainda está lá. Existe uma proposição de que ela quer sair do serviço em função de uma série de problemas na questão da coordenação, em relação a questão administrativa. Existe uma legislação que garante que ela se movimente, a despeito da banca, e isto é de conhecimento dos servidores. Então, para onde ela decidir querer ir, a idéia é fazer uma permuta com este local que ela vai, para que se receba um novo parofissional para o CAIS. Além disso, estamos em tratativas para uma nova coordenação do local, que é uma psicóloga, que vai assumir a coordenação. Com relação às reformas, estamos tentando fazê-las, sem interferir no atendimento. Hoje procedemos a uma avaliação técnica da possibilidade de maneira nenhuma fechar o serviço. Caso tenhamos que fechar o serviço, o que não queremos, teremos que, provisoriamente, atender em outro local. Então, sobre a reforma não ter iniciado, é que estamos tentando buscar uma alternativa para não fechar o serviço. Seguindo, manifesta-se uma usuária do CAPS Centro, de nome SANDRA. Dizendo que hoje, participando de uma reunião, estavam com pingos d’água caindo sobre eles, pois apesar de não ter chovido, havia água acumulada no telhado e que está se infiltrando para dentro do local de reuniões e na parte de cima, corre-se o risco de cair o teto sobre a cabeça. Se fecharem para reforma não se sabe onde irão atender e no momento somente há um psiquiatra. Continuando, nos informes manifesta-se o Senhor JADER, que diz já ter estado aqui por duas vezes, falando sobre o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Na reunião de 24 de maio, havia dito, em tom de brincadeira, que deveríamos fazer um minuto de silêncio pois a saúde em Porto Alegre havia morrido. Pelo que se está vendo aqui, ela realmente vai mal. Acho, Secretário, que o Senhor vai ter muito trabalho para arrumar a saúde de Porto Alegre. Historicamente um político não é um bom administrador. Nem um político e nem um técnico, pois tivemos um técnico na Secretaria da Saúde que não funcionou. Agora temos um político, que também é técnico. O que precisamos é de um administrador. Aliás, em todos os cargos de origem política, podem notar que nada funciona. Se não tiver um administrador, não vai funcionar. Não adianta trocarmos A por B ou 6 por meia dúzia, que não irá funcionar. Estive no EMAT e vi que está tudo organizado. Assumi o novo Secretário e no outro dia já havia outra pessoa. Queria fazer uma pergunta à presidente do Conselho. Na reunião do dia 24 solicitei que a Comissão de Fiscalização fosse ao Hospital Presidente Vargas. A Comissão foi lá? Não foi. O Dr. CASARTELLI esteve no Conselho dizendo alguma coisa? Também não. O Conselho tomou alguma atitude? Não tomou também. Veja, Secretário, como está a saúde. E para o Senhor ver o porque disso, é que no dia 15 de fevereiro nasceu a minha neta neste hospital e devido à imundície daquele hospital, no dia 18 ela morreu de infecção hospitalar. O Dr. CASARTELLI, na sua defesa, debochou, ironizou, dizendo que o calçado que o cidadão usava para distribuir a comida das mães não era sapato, era tênis. Eu disse aqui na reunião, que o calçado estava sujo e que trazia infecção para dentro do hospital. Ele, ironicamente, desviou o assunto. Ou seja, para ele o mais importante

era o tênis e não a sujeira que ele trazia. Outra coisa que gostaria que o Conselho chamasse a atenção, também da Secretaria é que os senhores vejam, isto aqui é uma receita (mostra o documento). Vejam como são feitas as entregas nos postos de saúde. Que fosse informatizado isto. O cidadão, quando fosse retirar o seu medicamento, está lá com seu nome gravado, retira o medicamento e vai embora. Como é feito na farmácia do estado, onde o cidadão recebe um boleto, que assina, fica com uma parte e no mês seguinte retira novamente. Nos postos deveríamos fazer isso. Sai do EMAT o medicamento e vai para os Postos, onde o descontrole é total. Não se sabe o que foi entregue para a população. Qual é a fórmula que se controla os Postos de Saúde na entrega do medicamento, Secretário? O Senhor não sabe. Estas são as perguntas que faço, pois isto aqui é um deboche. Vejam quantos carimbos tem esta receita minha, do Instituto de Cardiologia. Que é outro assunto que o Conselho precisa ver pois só estão marcando consultas a partir de novembro. Não era assim. Saía do consultório médico ia ao guichê marcava a consulta e os exames. Hoje, às vezes, levamos 2 anos para fazer um exame. Manifesta-se o Secretário, Dr. ELISEU SANTOS, lamentando primeiramente o que aconteceu com o Senhor JADER no hospital, em relação à sua neta. Eu quando disse aqui que eu acho que nós estamos perdendo, não vim fazer discurso demagógico. Eu sou um homem inteligente e sei que nós temos dificuldades, e na minha visão nós estamos perdendo. Foi feita uma licitação para a informatização da Secretaria, por gente especializada. E esta licitação foi deserta. Segunda-feira está marcado meu voo para São Paulo, onde vamos ter uma reunião com a Secretaria da Saúde de São Paulo, com o próprio Ministério da Saúde e é urgente a informatização. O Senhor tem toda a razão. O que o Senhor mostrou aí, eu que sou médico há 32 anos acho que até é feio. Quando eu digo que nós estamos conhecendo a fundo as nossas deficiências, estamos sim. E eu estou aqui para me dedicar e tentar mudar e tenho convicção que muitas coisas vou mudar. Quero que vocês tenham um canal aberto para vocês falarem comigo. É triste o que eu tenho observado de situações aí. Mas nós não estamos fugindo da responsabilidade. E pasmem os senhores, no verão, isso nós mudamos, e tiramos os medicamentos de lá, onde a temperatura era alta (refere-se o Secretário à EMAT). Já corrigimos isso e não podemos fazer as mudanças, que não são de um ano nem de dois. Os problemas são sérios e estou aqui, olhando para vocês, não para dizer que sou um mágico. Eu preciso de uma ajuda. Como esta do Senhor JADER. Temos que informatizar com urgência a Secretaria da Saúde. Demorou? Demorou. Eu fui um dos que cobrou muito isso. Agora peguei para mim esta situação. Obrigado. Fala a conselheira ZILDA, solicitando a atenção dos representantes da Secretaria para o que falará. Estive participando da reunião, assembléia na Lomba do Pinheiro. Estava lá a Dra. CRISTIANE, Gerente Distrital da Lomba-Partenon, que após saiu. Nas falas as pessoas se sentiam muito desamparadas. Mas duas falas me chamaram a atenção. Um foi o relato de uma paciente que passou por seis serviços de saúde e nos seis foram-lhe solicitados os mesmos exames. E quando dizia que já tinha o exame, lhe diziam para fazer novamente. No último serviço que ela chegou, faleceu. Ela não foi olhada por um médico. Somente lhe diziam para fazer exames. Isto foi relatado, mas estou pedindo por escrito. Não quero entrar mais em detalhes, mas me chamou a atenção esta questão. Outro fato foi o relato de uma médica que disse estar sofrendo um processo de assédio moral. O problema era sobre o tempo de atendimento. A equipe dela não estava apoiando porque ela tinha de atender os pacientes em 7 minutos. Ela assim não conseguia atender, pois o fazia de forma mais lenta. A partir desta questão foi pressionada, que solicitou licença e não voltou a trabalhar. Adoeceu. O que chamou a atenção é que lá tem o convênio com a PUC. Como a PUC é um serviço privado, provavelmente, como é Pronto Atendimento, a exigência deve ser maior. Então, acho que a gente quer quantidade e qualidade de atendimento. É uma coisa que vou acompanhar, enquanto Conselho. Mas trago como informe. Seguindo manifesta-se a Conselheira SANDRA PERIN. Diz que pensa ser de conhecimento de muitos que estamos com uma crise bastante grande num equipamento super importante que é o Ambulatório da Dermatologia Sanitária do Estado, que tratam pessoas que vivem com AIDS. Talvez alguns perguntem porque o Ambulatório no Conselho Municipal de Saúde? Mas muitos sabem. E para o Secretário que está chegando, primeiro uma retificação pois coloquei na sua boca algo que o Senhor não fez. A gente fez uma manifestação no Ambulatório na sexta-feira, contra o fechamento do CTA, em função de várias coisas e a jornalista,

inadvertidamente, disse que o Senhor tinha determinado que o CTA abrisse, mas quem tem de fazer isso é o Estado. Hoje parece que o Correio do Povo retificou esta informação. Esta é uma questão muito delicada para nós, porque com a municipalização da saúde, este equipamento já deveria ter sido municipalizado, como também o Murialdo. Para as pessoas que vivem com AIDS e do movimento AIDS, se este equipamento ficar para o estado ou para o município, talvez não seja a questão primeira, mas o importante é que este equipamento tenha uma boa qualidade de atendimento. Como pano de fundo nesta situação, o que está acontecendo? Como tem de ser municipalizado, à medida que funcionários vão saindo por alguma razão, o estado não tem interesse em colocar outros funcionários porque este equipamento tem de vir para a mão do município. Em não fazendo isso, ao longo dos anos, a ADS, que

foi referência no Brasil, em atendimento, passou a ter uma qualidade em atendimento muito ruim. Então, qual é o nosso pedido para o Senhor que está chegando, e que também foi feito para o Dr. PEDRO GUS, quando chegou e a administração atual não está conseguindo, ou dar a devida atenção ou resolver todo o dilema que é resolver uma coisa difícil com o estado? O que nos parece, que os dois gestores, estado e município, não conseguem sentar e achar um acordo para resolver esta questão. É uma pena que Porto Alegre está perdendo algo tão importante e o que se ouve, tanto dentro do equipamento, quanto fora, é por questões do prédio, que o estado não quer se desfazer, corre-se o risco de não termos mais um equipamento tão importante que atende 3.600 pessoas vivendo com AIDS, inclusive a região metropolitana. Fala a seguir o Conselheiro PAULO STÖLBEN, que também coordena a Comissão de Fiscalização. Informo que no dia 9 de julho tivemos uma audiência no Ministério Público, com a Dra. ANGELA, que hoje está aqui presente, onde tratamos sobre o Programa de Reabilitação, para Porto Alegre. Foi encaminhada uma Ação Civil Pública, para esta questão da Reabilitação. Espero que para a Saúde Mental, juntamente com todos os outros encaminhamentos que aqui passaram, sejam encaminhados para o Ministério Público. Espero que o Secretário ELISEU, que está chegando, venha modificar algum destes encaminhamentos. E dirigindo-se ao Senhor JADER, diz que o caso por ele descrito não foi recebido pela Comissão de Fiscalização. Quero lembrar que estivemos fazendo uma fiscalização na Casa Harmonia, que é um CAPS-I, referência da Rede. Fazem 8 meses que foi entregue. Prédio novo e está caindo aos pedaços. Chove lá dentro. Existem rachaduras. Tenho pena daqueles profissionais que lá trabalham. Peço a atenção do Secretário, pois quando solicitamos que o arquiteto OSCAR desse uma olhada na Casa Harmonia, no telhado do Santa Marta, que até hoje não resolveram, ele disse que não tem tempo. Outra coisa que quero colocar é em relação ao Convênio da ULBRA, no IAPI. Todas as plenárias estarei cobrando aqui esta questão. Até hoje não houve a apresentação do Relatório Trimestral da ULBRA. Sobre a renovação do Convênio, não sabemos como está. Temos também a pendência do Convênio da Dermatologia, no Santa Marta, que também nunca foi assinado. E o Centro de Especialidades Odontológicas, da ULBRA. Lanço aqui um convite a todos vocês, que estamos ampliando a Comissão de Fiscalização, para melhor atender nossos usuários. Segunda feira, dia 23, as 18:30 hs temos a reunião da Comissão e deixamos o convite para participarem da mesma. Seguindo fala o Conselheiro PAULO representante da região noroeste, que inicialmente saúda o novo Secretário e dizendo que repetirá o que o PAULO STÖLBEN falou. Em fevereiro, no dia 3, sentamos, representantes do Conselho, do Gestor e da ULBRA, para discutir o novo Convênio. Faz quatro meses que ficou pronto e foi para o jurídico da Secretaria e até hoje não voltou para o Conselho, para ser votado. Então, porque isso e em que condições a ULBRA está trabalhando no IAPI, se não houve renovação do Convênio? Muito obrigado. Seguindo, manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, que se identifica como sendo representante do Sindicato dos Municipários e dá, primeiramente, ao Secretário, as boas vindas e também, bem vindo ao Controle Social. Aqui é exatamente uma caixa de ressonância que acontece o tempo todo, com cobrança e mais cobrança, que é o papel do Controle Social. Quero lhe dizer que não basta solicitar a ajuda de Deus. Precisa de Deus, dos Orixás, de todos os santos, possíveis e necessários, para que se possa resolver o problema da saúde em Porto Alegre. E o senhor tem dito que tem ido em algumas Unidades, em suas entrevistas e que vai dar atenção à Assistência Básica. Aí queria dizer ao Secretário que não basta somente ir lá para ver os problemas,

mas temos também que ter políticas e é isso que infelizmente nós não estamos tendo. E quando o senhor diz que nós estamos perdendo, sim a população está perdendo, e muito, nos últimos anos. É PACS fechado, é falta de funcionários, existem mil problemas. E infelizmente o Secretário que saiu não tinha uma política de saúde ou então não tinha uma força política, pelo menos para que pudessem, as reclamações feitas aqui do Conselho Municipal, se transformado num eco positivo para a comunidade. E dentro de meu informe convido a todos para participarem de um seminário, no dia 17 de agosto, promovido pelo Conselho Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores, sobre Insegurança nas Unidades de Saúde, que é um problema sério e que até hoje, não tivemos nenhuma solução. E esta situação trazida pelas colegas do CAPS são problemas sérios, que temos que tirar encaminhamento, apesar de ter sido trazido como informe. Sugiro que a mesa aponte um encaminhamento, ou para uma próxima reunião, ou que o Secretário possa se manifestar, para que possamos resolver de uma maneira o mais breve possível e que não ficamos como a Dra. LIZIA disse, que estamos tentando resolver as coisas. Tentando estamos há muito tempo e infelizmente nada tem acontecido nos últimos tempos. E queremos cobrar aqui, recursos humanos. Foi dito para nós, para o Sindicato e para esta Plenária, de que haveria Concurso Público, pois sem retorno disso e sem recursos humanos não poderemos dar um atendimento melhor à população. Temos que ter política mesmo. Obrigado. Encaminha a palavra a Coordenadora ZILDA para a senhora MARIA APARECIDA, usuária da Unidade Calábria e que diz pertencer ao Conselho Local de Saúde, pois há poucos dias foi eleita. Estou voltando à ativa, pois já participava do Orçamento Participativo. Tive que me afastar em função dos filhos. Tenho um filho, com 16 anos hoje, que é um bebê, de 16 anos. Não caminha, não fala, usa fraldas. Mas não deixei de ter este amor de participar das coisas. Até 2001 ia para a reunião com as duas crianças e depois tive de parar pois estava prejudicando meu filho. Algumas coisas que tem acontecido na saúde, eu briguei lá atrás, quando o ARCANJO (seu filho), teve falta de atendimento. E não foi pelo SUS. Mas o que aconteceu com o ARCANJO, acontece com crianças não só nos SUS, ou por Hospitais do SUS. Uma coisa óbvia. Prematuro. 31 semanas. Tinha que ter ido em seguida para o oxigênio. Foi duas horas depois do nascimento. Senhor JADER, a sua neta poderia não ter morrido, mas poderia ser uma criança como meu filho. Por isso, naquela época critiquei, briguei, bati pé, desde que meu filho nasceu. Porque há muitas crianças que não acontecem por questões éticas, mas acontecem por produção de pessoas deficientes. Isso tem de mudar. Briguei naquela época e tenho condições de brigar agora. A minha filha de 10 anos, briga parelho comigo. Eu não uso quase o Posto de Saúde Calábria, porque tenho Plano de Saúde. É o que eu mantenho. Não trabalho. Não tenho condições de trabalhar, em função do ARCANJO. Faço artesanato, vendo Avon. Mas o meu filho tem direito ao Sistema de Saúde. Porque é descontado. Mas se fosse esperar pelo SUS, meu filho teria morrido várias vezes. Sempre quando ele foi pelo Plano de Saúde eu verifiquei como estavam os Hospitais. E quando o Betinho lançou a CPMF dei graças a Deus, pois era para a Saúde. Até hoje ninguém sabe responder onde está a CPMF, que era para a saúde pública. Estamos brigando por uma coisa que não havia necessidade. E se não tomarmos uma posição, vamos continuar batendo pernas, de um ano para o outro, gastando todo nosso dinheiro e não tendo resultado. Vim aqui para falar que precisamos mais um pediatra na US Calábria, de mais medicações, e não é somente lá. Em todas as Unidades tem faltado medicação. Espero que o senhor vá realmente a todos os Postos de Saúde, como vi na televisão e olhe todos com muito carinho. E na Zona Sul nós temos problemas sérios. Na Zona Sul não tem fisioterapia para adultos, como temos na CEREPAL, na Zona Norte. O Vila Nova está entrando em crise novamente. Fala, na seqüência dos informes a Senhora SILVIA GIULIANI, que está representando a Comissão de Saúde Mental. Diz, primeiramente esclarecer, que na reunião de terça feira, solicitamos um ponto de pauta, em que seria discutida a questão do CAIS e a situação da Rede Especializada em Saúde Mental. Infelizmente deve ter havido algum erro de comunicação e por isso a gente pede desculpas e sinaliza que existem hoje, aqui na reunião, um número significativo de usuários e familiares, que vieram acompanhar este debate. O importante é que possamos estar dizendo que tivemos problemas porque a idéia era estar trazendo rapidamente esta situação difícil e grave que está posta no CAIS 8 e que nós temos que nos posicionar. Com relação a isto, trago os encaminhamentos tirados em nossa reunião, no dia 17, e reforço dizendo

que, a partir do relato do gestor, existe um tempo da vida. A gente quer que seja observado o tempo da vida. O tempo dos trâmites tem dois psiquiatras, o tempo da vida tem um psiquiatra. Então, isso modifica completamente o atendimento. Os encaminhamentos que tiramos na terça feira são: definir imediatamente a coordenação do serviço que está sem coordenador desde 01 de julho e já sinalizou a possibilidade de alternativas internas. Encaminhar, efetivamente, a curto prazo, um plano de ação para executar as reformas de infra estrutura, que é por conta do proprietário, adequando a manutenção do atendimento realizado. A equipe tem uma proposta para isso. Recuperar o quadro de RH, a partir das informações dadas pela Equipe de Serviço, dando conta da demanda atendida. Então, não se trata de um quadro mínimo, se o que temos de relato é de que atende casos de demanda de alta complexidade. E por fim, a gente quer solicitar uma pauta na Plenária do dia 2 de agosto, Saúde Mental, pois a gente deve

estar monitorando os encaminhamentos que forem garantidos até o final desta Plenária. Seguindo, manifesta-se a Conselheira REJANE, da Eixo Baltazar. Lembra, como o Senhor JADER falou, que algumas coisas que tem sido tratadas na Plenária, têm sido esquecidas. Algumas coisas a gente não tem cobrado. Existem diversos assuntos em que peguei nas últimas atas, 15 e 16, que fiz um breve levantamento, porque tenho o costume de lê-las. Na Ata 16, na linha 396, tem um encaminhamento de repúdio ao CREMRS. Gostaria de saber se foi encaminhado? Na linha 401, a moção para a Conferência Municipal de Saúde. Se foram todas enviadas aos jornais, conforme solicitado na Ata. Na linha 408, o CREMERS também recebeu uma cópia. Reafirmando o que o senhor PAULO já falou e diversas coisas que a gente tem relatado. O Convênio com a ULBRA. O Convênio com o GHC. A apresentação do diagnóstico dos Recursos da (Municipalização Solidária?), que também não foi apresentado e a gente não tem resposta, em função até das datas. Referente a matéria do SIMERS, que a ZILDA relatou na nossa Plenária, acho que deve ter um lembrete que deve constar como anexo na ata, uma cópia deste documento em que ela citou. A maioria dos Conselheiros não tinha conhecimento do que ela estava falando, então tem que constar, nela, como um anexo. Referente ao Seminário, citado, de 16, 17 e 18 de agosto, em São Leopoldo, gostaríamos de saber se há algum informe sobre o mesmo. Qual é o público alvo? Na linha 136 começa um assunto que ocorreu uma reunião na UFRGS, no dia 28 de junho. E eu gostaria de saber também sobre a questão das cotas raciais, como ficou, se veio cópia desta ata para o Conselho Municipal. Se o Conselho teve alguém que participou. É importante que nós conselheiros fiquemos sabendo o que está acontecendo, pois se nós levantamos um assunto em uma plenária, deve vir o retorno. Sim ou não, ou conseguimos. É importante que a gente busque a resposta, senão cai no esquecimento. É o caso do Senhor JADER, que trouxe o caso em fevereiro e ele vem novamente aqui, agora em julho e não tem uma resposta. E a culpa é nossa, lamentavelmente, porque não cobramos. Tem-se que ajudar a Coordenação. Tem de ajudar. E uma ajuda que podemos dar é de lembrá-los, de que houve uma solicitação e conseguiram ou não encaminhá-la. Na ata 15 a Professora HELENITA se comprometeu perante a Plenária de apresentar em 15 dias um Cronograma sobre a Saúde Mental. Isto foi em 15 de junho e estamos no final de julho. Na linha 248. A DENISE, também está aqui? Colocou à disposição o Instrutivo para que nós possamos conhecer melhor. Foi encaminhado para o Conselho também? Responde-lhe a DENISE, que não somente veio como também foram feitos dois dias de discussão do mesmo e o resultado do Parecer da SETEC será apresentado hoje. Na linha 239, sobre o Projeto QUALISUS, que chegou em Porto Alegre em 2004, diz que haviam recursos para compra de equipamentos para o PAM 3. Pergunto se podemos saber se os recursos foram utilizados ou não? Tanto que não foram, que no fechamento do PAM 3, existiam 200 mil reais à disposição, em dezembro de 2006. Isto temos que buscar. Manifesta-se a seguir a Conselheira ELISABETE FREITAS, pelo Distrito Glória-Cruzeiro-Cristal. Também do Conselho Gestor do PACS. Diz que o dinheiro por nós conseguido, não foi gasto por nós. E a reforma que foi feita, aliás, uma pequena reforma, foi feita com doações e com material doado por outras Secretarias, num grande esforço, entre elas. Se conseguirem gastar, do dinheiro nosso, do município, 10 mil reais, quero que me mostrem as notas. Agora, isto foi usado para fechar o PAM 3, que atende de 600 a 700 pessoas, por dia. Deixou toda a nossa região sem atendimento. Foi usada para fechar a nossa emergência psiquiátrica. E gostaria de responder ao

Senhor Secretário. O político sempre passa e nós “passarinho”, para honrar o nosso poeta. Nós sempre estivemos, mesmo antes de ser oficial este Conselho, aqui, dispostos, para participar e ajudar a construir uma qualidade de saúde no município. Muito brigamos, muitas coisas construímos, na nossa região Sul. Conquistamos tudo com briga. Senhor Secretário o senhor vai ter sempre parceiros para construir, na saúde. Gostaria de fazer uma pequena correção no seu discurso. Nós não queremos somente atendimento médico. Queremos políticas de saúde. Equipes multiprofissionais. Queremos ser olhados como um todo. Como gente. Como cidadãos, que somos e pagadores de nossos impostos. Não pagamos somente CPMF. Pagamos 45% de tudo o que gastamos, para estes governos que aí passam. As verbas, não que não tenham. Tem. Elas vêm e voltam. O que falta é boa vontade política de fazer projetos. E aí dizia o Secretário que passou, que não tinham engenheiros dentro de Porto Alegre, para fazer Projetos. Puxa no computador quantos engenheiros nós, cidadãos de Porto Alegre, pagamos. O que eles fazem? Onde estão? Então, o que falta para nós é nos unirmos e realmente conquistarmos, nos apropriarmos e fazer as coisa funcionarem. Porque o Estado não nos manda o que nos deve? O que podemos fazer em conjunto, para que isto aconteça? Fala a seguir a MARTA, Conselheira representante da Eixo Baltazar. Traz a sugestão de que no Conselho Estadual, as Comissões têm os seus espaços de fala. Eu fiquei muito constrangida quando a SILVIA, há pouco, quis falar e foi impedida. Acho que devíamos ter um espaço para as Comissões, que são um braço deste Conselho. Foram criadas para subsidiar o Conselho, para discussões serem aprofundadas. É preciso que nós, enquanto Conselheiros tomemos conhecimento do que está acontecendo nas outras Comissões. Outro ponto, é de minha preocupação com o CAIS Mental Centro. Já foi um dos serviços pioneiros em saúde mental. O RS e Porto Alegre, tem a fama de serem precursores na Saúde Mental e no serviço substitutivo. Se um serviço diminui a sua capacidade, com certeza o nosso Pronto Atendimento, vai ter dificuldades, novamente, para funcionar. Não podemos permitir que todos os serviços que a gente tem sejam diminuídos em recursos humanos e corram o risco de serem fechados. Manifesta-se o conselheiro NAURO, do SIMERS. Que inicialmente dá as boas vindas ao novo Secretário e dizer-lhe que tem muito trabalho para ser feito. A dificuldade que a gente tem com medicamentos, com infraestrutura, com recursos humanos, é grande. Tem que olhar com carinho e sair daquele verbo “doando, pensando, fazendo, tentando” e ir para o presente e para o passado. Eu faço, eu fiz. Acho que é isso aí. Mas queria referir-me às duas histórias que a ZILDA falou. Se nós temos um paciente que passa por 6 consultas e morre na sexta, é uma história que não fecha. A primeira coisa que penso é de que médicos são estes? Me preocupo, contada deste jeito. Então, foram os médicos, foi a estrutura, o fluxo, a organização do serviço, o que aconteceu? Isto é caso de polícia. É caso de investigar quem são os culpados. Eu que sou médico, me pergunto: que médicos são estes? Precisamos saber exatamente o que aconteceu. Outra coisa que me preocupa é quando fala de um colega meu, também, que está sofrendo assédio, porque querem que ele atenda em 7 minutos no Pronto Atendimento. Posso contar a história inversa de que eu já ouvi, e não vou dar nome, pois temos que especificar, senão fica muito vago, isso. Chegou num Pronto Atendimento meu colega que disse que ia atender um por hora. Quem trabalha em Pronto Atendimento sabe que não pode atender um por hora. Se há agendamento, atender 4, encaixar uma emergência, nesta hora, que dá 5, que é bem tolerável. Uma consulta pode demorar o tempo que for necessário, mas não é a realidade do dia-a-dia do atendimento. Uma criança com febre alta e está com amidalite, que é visto rapidamente pelo Pediatra, é uma consulta rápida e resolvida. Então, ZILDA, têm que ter cuidado com estas histórias, pois eu quero defender os bons médicos. E sabemos que em todas as profissões, e não é somente na médica, em qualquer profissão, podem ter os bons e os maus. Fala a Coordenadora ZILDA que diz que após a última reunião do Conselho Distrital do Partenon, foi encaminhado um pedido à Promotoria de abertura do Terceiro turno do Murialdo. Pela quarta vez o Secretário Estadual da Saúde, cancelou a reunião. Quero convidar a SILVIA para que da Comissão da Saúde Mental esteja representada na reunião de Núcleo na próxima semana, que será na terça feira e não como é de praxe, nas quartas feiras. Para a REJANE, que perguntou sobre o Seminário de São Leopoldo, estão disponíveis na Secretaria as informações. Fala a Professora HELENITA, Coordenadora da Rede de Atenção Básica, que, referindo-se à sua participação na

reunião ocorrida aqui, sobre a Saúde Mental, me comprometi especificamente com duas coisas. Uma é a de apresentar um informe a cada reunião e outra, a partir daquele momento, a participação efetiva da Política de Saúde Mental, na comissão de Saúde Mental. Isso, efetivamente tem acontecido. Apresentamos na terça feira passada um cronograma e um Plano de Expansão da Saúde Mental, que está aqui, que estou passando ao Conselho, agora. Quero dizer que já foi apresentado à Comissão de Saúde Mental e já tem um Parecer provisório e que a gente solicitou para a Coordenadora ZILDA, que ele passe pelo conselho, para podermos andar. Sem passar antes aqui, não podemos dar andamento. E na terça-feira então, está previsto passar na reunião do Núcleo de Coordenação, para então, quem sabe, vir para a Plenária. Manifesta-se a Senhora Promotora ANGELA ROTUNNO, do Ministério Público Estadual, que deseja, inicialmente, uma boa sorte ao Senhor Secretário, neste desafio. Seguindo, diz que o Ministério Público agora está necessitando da colaboração do Controle Social. Passo às mãos da Coordenadora ZILDA, de forma pública, algumas cópias e também meio digital,

para que sejam passadas a todos os Conselheiros, principalmente Locais e Distritais, da Recomendação que o Ministério Público fez à Prefeitura Municipal no que diz respeito ao cumprimento da carga horária de todos os servidores do município de Porto Alegre. Precisamos que todos conheçam esta recomendação e que nos ajudem, por favor, a fiscalizá-la. Se não nos ajudarem, não teremos condições de fazê-la cumprir. Obrigado. Fala o Secretário da Saúde, Dr. ELISEU SANTOS. Inicia agradecendo ao Ministério Público, por uma medida como esta, que eu, que já fui vereador e deputado por 3 mandatos, sempre marquei cartão ponto no Grupo Hospitalar Conceição. Botava meu dedo na máquina, que era um cartão ponto digital. Temos colegas vereadores, que trabalham no GHC, que colocam o dedo lá. Cumpre horário. Colocar o dedo e passar o cartão, na minha concepção, não dá câncer. Acho que temos que trabalhar com muita seriedade. Estou recebendo aqui de que 21% da CPMF vai para o Fome Zero e 21% vai para o déficit da previdência. O material está a disposição com o Dr. JAMES. Eu vim aqui hoje, para buscar a parceria de vocês. O Dr. NAURO disse que falta medicamentos. Tudo isso eu sei. Também faltam muitas coisas na relação médico-paciente. Eu sou médico. Conheço. Sobre a Dermatologia do Estado. O Estado falou que passará para nós. Ele somente quer passar. E os recursos, eu vou ter de tirar de algum lugar. Isto tem de ser muito bem estudado. O Murialdo, eles também querem passar, mas de graça. E não posso tirar dinheiro dos Programas. Então, em tudo isso, quero que vocês sejam meus parceiros. Que coisa boa a democracia. Estava aqui olhando, entrei para a Faculdade de Medicina em 1968 e paguei na pele, esta democracia que temos hoje. Tem muita gente que hoje fala em democracia, mas que naquela época era mais novo ou tinha a mesma idade, estava escondido embaixo da cama enquanto a gente estava preso. Graça a Deus que estamos em um regime democrático e num regime democrático cada um invoca o que quer. Eu invoco a Deus por que creio em Deus. Existe liberdade religiosa no meu país. Cada um pode invocar o que quiser. Eu sempre vou invocar a Deus, para responder à sua pergunta (referindo-se ao Conselheiro ALBERTO TERRES). Sobre a Fisioterapia, sou Traumatologista. Acho importantíssimo. Estaria negando o que a ciência médica manda pregar. Vamos conversar. Está aqui a equipe toda escutando. Mas não temos dinheiro. É muito fácil. Credenciamos uma Clínica de Fisioterapia, como tinha muitas, há muitos anos. Quem é do ramo sabe. Eles faturam e a gente paga. Para nós é muito fácil, é só termos recurso. Vocês vão me ajudar nisso. Ajudar com o Governo do Estado. Eu não tenho nenhum problema com a Governadora. Ela é minha amiga. Pessoa querida. Maravilhosa. Mas o Estado me deve mais de 20 milhões. Isto é do conhecimento de todos. Não deve somente para mim. Para outros municípios do interior. Os Hospitais estão fechando,. O pessoal vem para Porto Alegre de ônibus. Não dá para botar uma placa para que não venham. A Constituição dá liberdade a eles. Vamos sentar e discutir. O Santa Marta está caindo aos pedaços. Não é de agora, um ano e meio ou dois. É um prédio antigo, do tempo do INPS. Temos que recuperar. Têm assuntos que temos que começar. Agora, o que me preocupou muito, que eu ouvi aqui, é este atendimento da Saúde Mental. O proprietário do prédio quer fazer reforma, quer dar de graças para nós. Tem que dar um jeito de fazer isto. Isso aí não é de uma inteligência brilhante. “ Este homem é um gênio”. É uma coisa natural. Se o dono quer fazer uma reforma, para mim, de graça, eu só tenho que dar condições para

ele fazer. É este tipo de diálogo, de cara limpa, aberto, que quero fazer com vocês. Não sei tudo não. Não posso estar em todo lugar. Vocês vão ser meus parceiros. Estou aqui como amigo. Se tiver que enfrentar inimigo, enfrento. Estou aqui como amigo. Já entreguei meu cartão ao senhor da neta (Senhor JADER), pedindo para me procurar. Vamos conversar. Passou por uma experiência ruim. Falaram-me muito mal desta reunião, aqui. É verdade. Não é para conversarmos com sinceridade, ou é para vir fazer média e dar discurso político? Disseram-me que “lá tem um cara que é mal educado, grosso, que o Dr. PEDRO até convidou ele para sair para a rua”. Contaram-me. Eu sou igual a vocês. Sou filho de um guarda noturno, que trabalhava na Copagra. Vocês estão pedindo os direitos de vocês. Não vi nenhum mal educado. Têm algumas pessoas que, na emoção, às vezes pensam que vão aparecer, vou fazer. Vocês têm todo o direito. Eu quero ser parceiro. Eu só tenho de pedir ajuda para vocês em relação a busca dos recursos. Tenho um Teto em Porto Alegre. Vou brigar para aumentar meu teto. Não consigo fabricar dinheiro. Eu vim da classe operária. Cheguei na UFRGS porque foi Deus que me ajudou. Eu acredito nele. Sou igual a vocês, me identifico com vocês. Quero conversar. A senhora está prestando um trabalho (referindo-se à Dra. ANGELA ROTUNNO) e hoje eu disse diante de uns médicos do HPS e da Associação dos Funcionários do HPS, que eu tenho orgulho do Ministério Público do meu país, que é um órgão sério, que cumpre o que se propõe a fazer. A Senhora está ajudando a salvar vidas. Vejo que temos que moralizar algumas coisas. Se o “fulano” ganha pouco. É outro assunto. Eu estou aqui de peito aberto, para ter diálogo com os médicos, meus colegas. Não quero ser inimigo de vocês e nem de ninguém, mas quero sentar e ter o diálogo, para que o povo seja bem atendido. Quando digo bem atendido, é dentro de Programas. Nós aplicamos 19% da receita corrente líquida, no ano passado, em Saúde. Ninguém é louco para falsificar um negócio destes. Aí vai lá o Ministério Público e bota os caras na cadeia, pois hoje não estão dando moleza. O Estado tinha que aplicar 12%. Mas eu não vou me meter com o Estado. É uma briga. Eu preciso disso. Vocês me ajudem. Temos que ter uma parceria. Não sou inimigo de vocês. E nem vocês vão ser meus inimigos. Conheço gente aqui que foram meus pacientes. Pessoas sérias que estão aqui. Podiam estar em casa. Se está aqui é porque sonha. Tem sonhos. O que tu falaste é verdade. Uma demora num parto. Uma falta de oxigênio, dá um AVC, uma paralisia cerebral, que condena a pessoa para a vida inteira. Então, a coisa que a gente pensa que é simples, vai levar o sofrimento para a família por uns 30 anos em tristeza. Concurso Público. Hoje me sentei com a Associação dos Funcionários do Hospital de Pronto Socorro, com a Secretária SÔNIA VAZ PINTO, aqui, no Gabinete. Perguntei a ela como estão os concursos. Ela me disse que vão sair. Deu uma lista dos cargos que deverão sair concurso. Eu cobre que temos que acelerar. Porque eu seria contra Concurso Público? Gostaria de fazer um concurso e contratar 500 pessoas. Prestem atenção no que vou falar. Gostaria de construir uns 20 Postos. Tudo é limitado. Mas eu achei uma maneira de economizar 6 milhões de reais. Tem um doutor aqui que disse que não posso fazer. Prestem atenção e quem sabe vocês vão me ajudar. Um Agente Comunitário, e nós temos 84 Postos de Saúde da Família, e tem 4 por cada Posto. Dá 336 Agentes. Ele ganha R\$ 800,00 (com os encargos). Fizeram-me a proposta, e eu fiquei tão faceiro, que me conseguiriam os Agentes de Saúde de escolas registradas. Consigo convênio com Faculdades, para que estes Agentes Comunitários, que são estudantes, que tem de cumprir um currículo escolar, sem nenhum gasto para a Prefeitura. Mas aí me disse que não pode. Aí me disseram, não pode pois saiu um decreto, a nível federal, que obriga a concurso. Então, cada vez a burocracia piora. Quem não tem fábrica de dinheiro, tem de se adaptar dentro da Lei. Tem de fazer o que tem de ser feito. Tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que não vou botar meu pescoço lá, pois depois que sair de meu mandato e for processado, sou eu que tenho de contratar advogado e tenho de me defender. Já disse para o FOGAÇA que não vou levar ninguém de compadre, para fazer média e depois ser processado. Quero trabalhar dentro da Lei. Quero ser sincero, como estou sendo. Vamos ser parceiros. Vocês sabem que tem alguns funcionários, a qualquer nível, que resolvem não querer cumprir horário. Você o chama e daqui a pouco ele traz uma licença. Vamos conversar com seriedade. Não adianta fazer média e dar uma de gostoso aqui. Ele apresenta um atestado e está doente. Aí decidimos demitir este “cara” pois ele é vagabundo. Mas aí diz: não dá, tem de abrir uma sindicância, que demora isso, demora aquilo. Servidor público não é demitido

nunca. E trabalha quando quer. Digo, pois sou servidor público do Ministério da Saúde, do Grupo Conceição, há 32 anos. Não adianta querermos fazer uma média bonita aqui. Temos dificuldades em todos os Setores. Corta na carne. Então demite meia dúzia para ver se não entram na justiça e depois tem de pagar novamente. Temos de ter responsabilidade quando se fala. Botar para a rua? Bota, para ver se não terá de pagar e reintegrar e ser responsabilizado. O Secretário é questionado por não ter respondido sobre o Programa de Saúde da Família. Manifesta-se dizendo que falou no início dizendo ser a Saúde da Família um Projeto maravilhoso. Já chamei o Departamento Jurídico e pedi pelo amor de Deus, vamos manter ou renovar um contrato sério, decente, com a FAURGS. Somente um doente mental fica pensando que os 84 postos vão fechar, porque este pessoal não quer nada com nada. Não vão renovar o contrato. Isso é coisa doentia. Estou preocupado. Tenho reunião com a Universidade para nós renovarmos o contrato, dentro da Lei. Eu seria doente, e não tem nenhum doente na minha equipe, que diria assim: “ tudo bem, dá um aviso prévio, depois a gente quebra o galho”. Mas o que é isso? Fiquem tranquilos, não queremos a demissão de ninguém. Queremos aumentar o número. Quando nós

chegamos tinha 54 equipes e 26 médicos. Hoje nós temos 84 equipes. Se tiver alguém dizendo assim: “ o contrato não vai ser renovado com a FAURGS, tu vai ser demitido”. Somente um doente mental, com má vontade pensa isso. Nós queremos renovar o contrato e queremos manter todas as equipes. Mas isto tem de ser bem tratado com a equipe de advogados. A resposta é esta aí e bem clara. Ninguém vai ser demitido. A Psicóloga ESTER intervém e diz ser uma falta de respeito o uso do termo doente mental. O Dr. ELISEU SANTOS diz não ser falta de respeito e sim sinceridade. Digo o que penso. Insiste a ESTER dizendo que existe o indivíduo perverso, que é diferente de um doente mental. Insiste também o Dr. ELISEU, dizendo que o perverso é um desequilibrado mental. Se quiser dar um nome bonito, dê. Mas eu dou o nome que eu acredito. Encaminha então a Coordenadora ZILDA MARTINS a Pauta Principal, que é a avaliação e votação dos INDICADORES DO PACTO PELA SAÚDE 2007-Pactuação Estado/Municípios. Programa de Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde. Ressalta a Coordenadora que este assunto ficou para a data de hoje, para ser avaliado e votado, pois houve a necessidade de que houvesse uma explicação de como foram estabelecidos estes indicadores. Conforme proposto anteriormente, em duas oportunidades houve um encontro, com a participação de técnicos da Vigilância Sanitária do Município, que esclareceram a quem compareceu, quais os objetivos destes novos indicadores. Solicita então a Coordenadora ZILDA MARTINS que a ELEN BORBA, Coordenadora da SETEC, faça a leitura do PARECER 34/07, para depois a Plenária se posicionar. Feita a leitura são encaminhados os esclarecimentos. Fala então a Dra. DENISE AERTS, dizendo que irá procurar esclarecer as indicações listadas. Primeiramente deverá falar a Dra. LIZIA MOTA e após faremos os dos itens da Vigilância. Diz então a Dra. LIZIA que o Parecer da SETEC refere-se ao item um, referente ao percentual da receita. Pela Emenda Constitucional 29 o percentual é de 15%. Temos uma série histórica, de pelo menos nos dois últimos trimestres de um investimento superior a isto. Temos que pactuar o que está na Emenda Constitucional. Este investimento maior não tem como se garantir que ele seja constante, até porque esta é uma pactuação para outras gestões. Então, para este momento a pactuação teria que respeitar a Emenda Constitucional que é de 15%. Estabelece-se um debate e a Conselheira SANDRA PERIN manifesta-se dizendo achar ótimo que o município de Porto Alegre consiga atingir os 19% na aplicação dos recursos, ultrapassando ao que propõe a Emenda 29. Entendo o que a LIZIA fala que pactuar para os outros não é bom. É importante que valorizemos o que este conjunto de pessoas aqui já brigou e alcançou. Então este é o nosso argumento para que fique 19% e não 15%. Volta a falar a Dra. LIZIA, dizendo que como a gente pactua indicadores, é uma meta mínima a ser atingida. Temos minimamente que atingir aquela meta. O problema é que depois tenhamos que vir aqui apresentar um valor, que por algum motivo, por contingências municipais, por falta de repasse do Estado, vir aqui e apresentar uma meta que não foi atingida e correr o risco de o relatório ser rejeitado. Temos que ser realistas. Estamos propondo que a meta mínima seja de 15%. O que não impede que se persiga uma meta maior. Tem vários fatores, que determinam e que não depende somente do município. Fala a Dra. DENISE AERTS, dizendo que quando tivemos acesso aos

questionamentos da SETEC, ficamos bastante atentos para que se pudesse trazer todas as informações necessárias e ao mesmo tempo conversamos com o Estado para tentar viabilizar uma forma de que esta discussão nossa no Conselho Municipal chegue até o estado e a SANDRA PERIN é um dos nossos representantes no Conselho Estadual. Então, conversando com a Secretaria de Saúde do Estado, nos orientaram para que fizéssemos a discussão, os esclarecimentos e que todas as recomendações do Conselho, sobre mudança dos índices ou dos indicadores, devem constar em Ata. Então, na Ata da Plenária, para cada um destes itens, porque o que acabou de acontecer foi o que nós explicamos aqui há mais de um mês de atrás. Estes indicadores foram pactuados com o Estado, da forma como contamos para vocês, com a presença dos representantes, os conselheiros, e eles já aprovaram no conselho Estadual de Saúde, os indicadores. E aí nós levamos que o nosso Conselho quer discutir e quer sugerir novas metas. Como nós vamos fazer isso? Eles nos orientaram. Incluam na Ata e esta Ata vai subir para o Conselho Estadual, com todas as recomendações. E outra situação que temos que pensar. Uma coisa é a pactuação. Estas metas são as que o Ministério da Saúde cobra do Estado. O Estado cobra dos municípios. Uma outra coisa é o compromisso do Gestor Municipal com o Conselho Municipal, no atingimento das metas determinadas. Só um exemplo para vocês entenderem. As metas pactuadas para a mortalidade infantil são 10 vezes maiores que a mortalidade existente no município. Então vamos aumentar a mortalidade infantil no município? Claro que não. O que faz o gestor? Se comprometer com o Conselho Municipal de manter e buscar as metas que o Conselho indicar, como metas a serem mantidas. A Conselheira HELOISA ALENCAR volta a referir-se ao percentual de aplicação financeira. Argumenta que se definirmos que a meta permanecer nos 15% da EC29 o Gestor poderá utilizar este limite na peça orçamentária e depois a gente não recupera este dinheiro nunca mais. Em lugar nenhum. O que nós entendemos é de que se nós não conseguimos gastar 19%, e se vai ter justificativa para isto ou não, é outro problema. Mas temos que ter esta meta no horizonte. Outras questões que ficaram pendentes é sobre a água do DMAE. Foram as duas que nós discordamos, em relação ao que estava colocado. O resto são dúvidas. Tem algumas que a gente não conhece os números. Os números que estavam ali, a KATIA mesmo dizia, não concordamos com estes números. Como a gente não tinha um histórico para avaliar, o número parecia ruim. Mas como não tínhamos um histórico a gente resolveu esperar para que viesse uma informação melhor. Manifesta-se o Conselheiro NAURO AGUIAR, concordando com a maioria do que a HELOÍSA falou e o importante é dizer que na Constituição está inscrito que o valor mínimo a ser colocado em saúde, pelo município, é de 15%. Nós estamos sempre exigindo mais. Tenho visitado diversos municípios no interior, que estão colocando 19%, 20%, e estou solicitando para botar mais pois não podemos concordar de partir de uma meta mínima, se já temos 19%. Temos de pensar bem isso. A Dra. DENISE AERTS volta a insistir que não aconteceu nenhuma reunião previa com o município. Em nada havia sido acordado. Nós nos sentamos com o Estado e com o Conselho, pela primeira vez, naquele dia, e o que aconteceu foi o que vocês viram. Fizeram que naquele dia se fechasse a pactuação e informasse o Sistema, na hora. Então, não havia nenhum acordo anterior. O Estado veio com as metas. Nos entregou as metas prontas. Nós questionamos. E não teve margem de questionamento. Concorda a Conselheira ZILDA MARTINS e é proposto que a plenária presente vote. Manifesta-se o Conselheiro JAIRO TESSARI, dizendo que esta discussão já foi feita no Conselho Estadual de Saúde. Este Pacto de Gestão, Pela Vida e Pelo SUS foi discutido nacionalmente pela Comissão Intergestores Tripartite, onde estão representados o Ministério da Saúde, o CONASS e o CONASEMS. O Conselho Nacional de Saúde também aprovou. Nós tivemos a mesma dificuldade. Não estávamos apropriados destes dados, para discuti-los. Penso que a gente fica desautorizada, pois se o Conselho Nacional aprovou nacionalmente, e evidentemente lá as nossas dúvidas foram outras, por no estado não sobra na aplicação. Ele falta. A discussão foi a de garantir a quantidade mínima, pois se nós, nestes pactos, colocarmos índices maiores do que o solicitado, vamos ter de cumpri-los. No Estado a questão da EC 29 o Estado do RS não cumpre nem a metade. Então, só queria ajudar dizendo que para a gente discutir e questionar que a gente não está apropriado, nós não temos a legitimidade na nossa opinião de fazer isso porque isso foi discutido nacionalmente e aprovado pelo conselho Nacional de Saúde. No Conselho estadual veio com prazo

e tivemos de cumprir. É encaminhada a votação e por 22 votos favoráveis e uma abstenção é mantida a meta de aplicação de 19%, COM A RESSALVA DE, CASO NÃO ATINGIDA, HAJA UMA JUSTIFICATIVA, POR ESCRITO. Continuamos então a avaliação dos questionamentos, conforme Parecer da SETEC (em anexo), bem como Relação dos Indicadores (em anexo). Passando para o item 2, A Conselheira SANDRA PERIN diz que no Estado foi pactuado 50% porque seria o viável segundo o Gestor Estadual. Aqui, em Porto Alegre, estamos propondo 100% de contratualização com os Prestadores de Serviço. Fala a Dra. LIZIA, dizendo que Porto Alegre são 11 Hospitais. Destes, 10 estão contratualizados. 91% dos recursos. Somente a Santa Casa não está, pois está na Procuradoria do Município. Temos 5 Filantrópicos, todos com contrato. Temos o Vila Nova e Petrópolis, que consideramos particulares. Poderia se considerar filantrópico, mas vai mudar, o Hospital Espírita, que vai ter uma política própria. Dá para se considerar “conveniada”, o São Pedro. E um Hospital Estadual, que é o Sanatório Partenon. Então, são 103 Prestadores. 82 Prestadores Ambulatoriais. 21 Hospitais. Dos Universitários, temos 91% contratualizado. Os demais têm alguma relação de contrato. Dos prestadores ambulatoriais 26% tem contrato, porque existe uma Legislação, Portaria, que obriga a ter uma série de documentos e o maior impedimento é ter certidão negativa do INSS. Nós combinamos que todos os contratos seriam licitados

e quando formos prestar contas para vocês irão observar que muitas licitações serão vazias em função de que estes Prestadores não apresentam a Certidão Negativa do INSS. Então é uma discussão que gostaríamos de levar adiante pois senão não vamos conseguir regularizar 100%. Então concordamos que esta meta tem de ser modificada. O Plenário é consultado se há necessidade de votarmos a proposta de atingir-se a meta de 50% e por consenso manifestou-se favorável à ela, sem necessidade de votação. Neste momento o Senhor Secretário solicita para se retirar e diz que agradece a maneira gentil de como foi tratado aqui, hoje. Quero ser parceiro de vocês. Como eu disse, vou fazer tudo dentro da Lei. Doa a quem doer. Se nós tivermos que cumprir horário, vamos cumprir horário. O Conselheiro NAURO AGUIAR, em aparte diz ao Secretário que fica preocupado, pois ele olha somente para os médicos. Reafirma o Dr. ELISEU SANTOS que olha para todo mundo. Reafirma o Conselheiro NAURO que ninguém cumpre horário. Retoma o Dr. ELISEU, dizendo que o que foi dito e distribuído aqui pelo Ministério Público é de que ninguém, cumpre horário. Desafio vocês a olharem a minha vida, onde trabalhei, para ver se não cumpro horário. Vou ser duro com quem tem de ser. Não levarei ninguém de compadre. Só vou votar aqui, nem que fique sozinho, dentro da Lei e o que a Constituição estabelece. Se a Constituição estabelece que eu devo votar 15%, voto 15%. Foi o que me propus a fazer e o meu grupo vai votar dentro da Lei. Não quero me incomodar. Vocês vão ter um parceiro. Pretendo vir em outras reuniões. Quando eu não puder vamos ter a nossa representação aqui. Tenho 32 anos de medicina e sei que não são somente os médicos. Aqui dentro tem gente que às duas horas da tarde já desaparece. Isso que estou aqui há uma semana. Mas eles vão dançar um tango. Um abraço. Pede a palavra o Conselheiro NAURO dizendo que este conceito de que somente cobram dos médicos que não cumprem horário. Temos acordo, há anos. De redução da jornada integral. Vejam, até o Secretário da Saúde, que é médico, parou e olhou para mim. Parece que são somente os médicos que não cumprem horário. Ninguém cumpre seu horário integral. Se quiserem discutir mais ou menos, é outra história. É bom que fique gravado. Olha-se para o médico como se fosse somente o médico que não cumpre o horário integral. Continua a Coordenadora ZILDA, passando para o item 12, onde há uma proposta de alteração. A Dra. LIZIA diz que se houver alteração significa alterar a série histórica de Porto Alegre, que nunca foi igual a 8 e sim de 8 para cima. Significa uma meta que talvez não seja atingida. A Conselheira HELOISA ALENCAR diz que nunca foi 8 e nunca foi 9. A proposta é de que não se piore. Ao invés de deixar em nove, se proponha em melhorar para 8. Se discutir este Programa e há uma sugestão de que se pautar no Conselho a Avaliação do Programa do controle da Hipertensão, que é um Programa antigo e que tem inclusive recursos para comprar medicamentos. Uma das situações que dificultam o controle destas doenças é a falta do medicamento. Por isso a gente está propondo “abusar” um pouco do histórico e chegar em 8/10.000, exatamente para ter este desafio de garantir, pelo menos, o medicamento para esta metas. Diz a Dra. LIZIA MOTA que o Hiperdia não pode ser considerado base de dados. No Brasil inteiro

existe um problema de alimentação de dados. Temos dados muito melhores em SIAB e outros sistemas de informação e o Hiperdia não. A população hipertensa, acima de 40 anos, em Porto Alegre é de em torno de 512 mil pessoas. Em 2005, tínhamos apenas 14% de cadastrados, quando o Programa já tinha 1 ano. Então o Hiperdia não pode ser considerado parâmetro ou indicador de avaliação em Porto Alegre ou em lugar nenhum. Ou melhoramos o sistema de informação nacional ou utilizamos outra base. É encaminhada a votação e vence a proposta de manter-se 8/10.000, com 22 votos favoráveis. A proposta de 9/10.000 teve 4 votos. Passamos então para a análise dos itens 35 e 36. A Dra. DENISE AERTS diz então que quando o Ministério propõe um indicador, é para o Estado inteiro. O Estado, quando pactua com os Municípios, mantém para todos os municípios o indicador pactuado. Anualmente, o Ministério da Saúde vem fazer auditoria. Confere o cumprimento dos indicadores e tem na mão uma ferramenta de corte de repasse financeiro caso o estado ou os municípios não atinjam as metas propostas. É por isso que o Estado e o município têm muito cuidado com os níveis propostos. Na avaliação do grupo que participou do Seminário ficou estabelecido que a Vigilância esclareceria melhor estes dois itens, o que foi feito pela Dra. DENISE. Portanto, os itens 35 e 36, após os devidos esclarecimentos, são considerados aprovados. Passamos então para o item 51. Manifesta-se a Dra. DENISE AERTS dizendo que o estado, quando montou a planilha de pactuação, montaram uma série histórica e buscaram dados que nós não temos a menor idéia de onde. Nem quem estava pactuando conosco sabia. E nós então nós dissemos, está tudo errado. Eles disseram que sim, poderia estar e ficou por isto mesmo. É um Sistema que está pronto e a gente não digita. Não se pode mudar. Existem critérios. Por exemplo: comparando Recife com Porto Alegre, nós temos mais crianças com baixo peso. Em todo recém nascido com 400 gramas, respirou, é nascido vivo em Porto Alegre. No Recife, ele respirou. Morreu em uma hora, duas horas depois não é considerado nascido vivo. Ele é nascido morto. Então, quanto melhor a qualidade do Sistema de Informações, mais crianças com baixo peso a gente tem, porque são as crianças que morrem no primeiro dia de vida. Então a nossa série histórica é um pouco melhor que 1.8 mesmo. Mas o que aconteceu é isto. O Estado nos deu o número, pela série histórica deles e não teve discussão. Nós queríamos introduzir indicadores que nos permitiriam usar o recursos para situações que são importantes, como para Porto Alegre é a Leptospirose, que mata gente aqui. Eles não nos permitiram a inclusão, pois se permiti

sem, poderíamos usar recurso para comprar veneno para rato para fazer a desratização. A plenária é consultada e considerou as justificativas plenamente satisfatórias, não havendo necessidade de votar-se. Seguindo, passamos para o item 52. Fala pelo gestor a Professora HELENITA, dizendo que a série histórica na verdade está errada. Em 2004, é 19.24, 2005 é 19.36, 2006 é 19.5 e estes 19.5 é a Pactuação. Feito o esclarecimento a Plenária é consultada se há necessidade de votarmos. Entende-se que não e considera-se aprovado. Partimos para o item 54. Este tema já foi esclarecido anteriormente, mas a Professora HELENITA deseja manifestar-se, dizendo que não temos na Secretaria uma Política de Saúde de Adultos. Organizada, que aponte Programas, Controles. A proposta do Hiperdia, como a DENISE falou, é um software que tem dado problema. A partir deste ano começamos a procurar outros programas que nos permitam avaliar, como o SIAB. Manifesta-se também a Dra. LIZIA MOTA, dizendo que na última versão do Plano Municipal de Saúde aparece uma tentativa de resolver o problema. A gente cria na verdade um cadastro, uma obrigatoriedade de todos os hipertensos vinculados a uma Unidade sejam cadastrados. Coloco novamente que hiperdia não é parâmetro para nós. A Plenária é consultada e considerou-se esclarecida. Continuamos e partimos para o item 78. Fala a Dra. DENISE, dizendo que aqui, na verdade houve confusão. Como o Ministério mudou há pouco tempo, aceitou a população do SINASC, as colegas estavam com o número errado e passaram à vocês. Está pactuado, está correto e o cálculo está correto. Elas estavam com o número que antes a gente trabalhava e não se deram conta. Aproveita a DENISE e fala sobre o item 92, que também foi solicitado esclarecimentos. Diz que foi digitado na Pactuação o número errado. Já foi corrigido. Fala também sobre o item 96, que foi solicitado esclarecimentos. Em relação aos prestadores, nós temos 100% das informações do que acontece com a água em Porto Alegre. Pergunta-se, porque fomos pactuados 50. Porque os

outros municípios não têm 100%. O Estado, novamente, não quis pactuar para Porto Alegre, uma meta diferente, do que pactuou para si e para os outros municípios. Nós podemos pactuar 100%. Consultados os Conselheiros presentes, em relação aos 3 últimos itens acima e houve concordância com as explicações apenas havendo votação para o item 96, que recebeu 19 votos favoráveis para que se fixe a meta em 100%, nenhum contrário e nenhuma abstenção. O Conselheiro OSCAR PANIZ encaminha então a votação dos INDICADORES DO PACTO PELA SAÚDE 2007, com as devidas ressalvas, já explicitadas e justificadas acima. É aprovado por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Coordenadora ZILDA MARTINS, nada mais havendo, encaminha o fim da Plenária, as 22:00 horas, sendo lavrada a presente Ata.

ZILDA DE MORAES MARTINS

OSCAR RISSIERI

PANIZ

Coordenadora do Conselho

Secretário

Municipal de Saúde de

Porto Alegre

Aos 14 dias do mês de setembro de 2006, com início as 18:30 hs e tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde, na Av. João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte Pauta: 1) Abertura, 2) Informes, 3) Leitura e Apreciação dos Pareceres 58/06, 59/06, 60/06, 61/06, 62/06, 63/06, 64/06, 65/06 e 66/06, PAUTA PRINCIPAL: 1) Proposta de Aplicação de Recursos da Municipalização Solidária, 2) Plano de Assistência Farmacêutica e 3) Convênio Município de POA X GHC-Saúde Comunitária. Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: 1) Oscar Paniz, 2) Nei Carvalho, 3) Filaman Marley dos Santos, 4) Darcy Vilanova de Azevedo, 5) Cleonice Burtet de Azevedo, 6) Riograndino de Oliveira, 7) Ivo dos Santos Fortes, 8) Clodomar Freitas, 9) Maria Leticia de Oliveira Garcia, 10) Ione Nichele, 11) Zilda de Moraes Martins, 12) Maria Ivone Dill, 13) Maria Encarnacion Morales Ortega, 14) Elen Maria Borba, 15) Paulo Antônio Stoelben, 16) Heloísa Helena Rousselet de Alencar, 17) Nídia Albuquerque, 18) Eliomar Rodrigues Rosa, 19) Maria Geneci Macedo Silveira, 20) Lindsey Larson, 21) Sandra Melo Perin, 22) Lisia Hausen Gabe, 23) Nauro Aguiar, 24) Maria da Graça Labrea, 25) Isis Azevedo da Silveira, 26) Janete Nunes Soares, 27) Maria Rejane Seibel, 28) Alair Rosinete da Silva, 29) Jairo F; Tessari, 30) Alcides Pozzobon, 31) Pedro Gus e 32) Márcia Nunes. Faziam-se presentes os seguintes Conselheiros Suplentes: 1) Miriam França, 2) Humberto José Scorza e 3) Denise Aerts. Justificaram sua não presença Angela Regina Groeff Nunez, Renata Cristina Rocha da Silva e Fabiane Pacheco Oliveira. Registra o Coordenador da Plenária, OSCAR PANIZ, que estão sendo entregues para apreciação dos Conselheiros as Atas 15, 15 e 17, que irão a votação em 28 de Setembro. Solicita então que a Coordenadora da SETEC, Conselheira ELEN BORBA apresente os Pareceres para apreciação e votação. PARECER 58/06-CEREPAL-Centro de Reabilitação para Lesionados Cerebrais. Plano de Aplicação Programa A Nota é Minha, Oitavo Trimestre, valor de R\$14.348,32. Recursos do Governo do Estado. PARECER 59/06-CEREPAL-Centro de Reabilitação para Lesionados Cerebrais. Plano de Aplicação Programa A Nota é Minha, Nono Trimestre, valor de R\$8.428,68. Recursos do Governo do Estado. A Plenária é consultada para esclarecimentos. Nada havendo é colocado em votação, sendo os dois Pareceres aprovados por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. PARECER 60/06-HOSPITAL PARQUE BELÉM – Prestação de Contas Programa A Nota é Minha, oitavo trimestre, valor de R\$25.238,87. Recursos do Governo do Estado. Não havendo nenhum esclarecimento a ser feito o Parecer é

encaminhado à votação sendo aprovado por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. PARECER 61/06-SIFAB/Sistema de Informações da Farmácia Básica. Primeiro Trimestre de 2006. Valor de R\$2.411.595,00. Não havendo manifestação da Plenária para esclarecimentos o mesmo é colocado em votação. É aprovado por 24 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. PARECER 62/06-HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE. Prestação de Contas do Programa A Nota é Minha, oitavo trimestre. Valor de R\$22.892,86. Recursos do Governo do Estado. É aprovado por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. PARECER 64/06-INSTITUTO DO EXCEPCIONAL - Prestação de Contas do Programa A Nota é Minha, quinto trimestre. Valor de R\$744,43. Recurso do Governo do Estado. Também não houve nenhuma contestação da Plenária e posto em votação foi aprovado por 28 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. PARECER 63/06-HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO - Projeto de Lei de Emenda Parlamentar 221/2005-Emenda 719-Valor R\$800.000,00. PARECER 65/06-HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO – Convênio 2215-Ministério da Saúde - Valor R\$595.342,30. São colocados em apreciação pela Plenária e aprovados por 21 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções. Na Continuidade da Plenária o Coordenador, OSCAR PANIZ, relembra o que foi falado no início, referindo-se aos documentos entregues. Solicita que sobre as 3 atas, as alterações sejam entregues por escrito na próxima Plenária. Lembra que está sendo entregue também o Relatório de Gestão do segundo trimestre. Solicita aos Conselheiros que preparem suas perguntas para a Plenária do dia 28 próximo, que será na Câmara de Vereadores. Entrando na Pauta Principal o Coordenador apresenta a Proposta de Aplicação dos Recursos da Municipalização Solidária, que está em um documento, em anexo a Ata, encaminhada pelo Gabinete do Sr. Secretário da Saúde. Esta aplicação foi definida por um grupo de Conselheiros, retirado de uma reunião da SETEC, quais sejam, NEI CARVALHO, OSCAR PANIZ, MARIA ENCARNACION E ZILDA MARTINS, que reuniu-se com o Sr. GILBERTO BUJAK, representando o Gestor, para definir como seria a aplicação dos mesmos. O Sr. GILBERTO passa a explicar a composição do recurso. Diz que o valor a ser aplicado é de R\$1.146.993,35. Já foi aprovado na reunião extraordinária de 6 de setembro passado o pagamento do Convênio do Vila Nova de R\$240.000,00 (competências de maio a agosto/2006). Conclusão da obra do Bom Jesus, no valor de R\$127.000,00. Postos a serem ampliados para esterilização, expurgos e salas de vacinas, R\$216.500,00. Substituição do Elevador do prédio Central da SMS, R\$80.000,00. Compra de Computadores para o Conselho Municipal de Saúde, R\$10.000,00. Convênio do Vila Nova de Set a Dez/2006, R\$240.000,00. e por fim Obras para a Rede, R\$233.000,00. Sendo assim, diz Sr. GILBERTO, ficamos com um saldo real de R\$500,00. Solicita então o Coordenador da Plenária, Sr. OSCAR PANIZ, que o Conselheiro NEI CARVALHO faça o relato, pelo Grupo que se reuniu para definir a aplicação dos Recursos. Se manifesta então o Sr. NEI dizendo fazer parte desta Comissão e quer falar um pouco mais sobre o que foi definido. Sobre os computadores do Conselho. Estamos com uma infra-estrutura muito precária. Estamos no momento somente com 1 computador. Então é a definição de um recursos para algo extremamente necessário. Quando o GILBERTO coloca que ficou R\$233.000,00 para Obras das Unidades, queremos referenciar o seguinte: estes recursos são para as Obras para as quais se fez um trabalho grande, em conjunto com a Secretaria, e a MARIA ENCARNACION foi uma das representantes do Conselho. Foi feito um raio-X das necessidades de todas as Unidades de Saúde. Para se corrigir a série de problemas mais emergentes. Se determinou a aplicação de R\$660.000,00 que era o saldo existente na época e que na verdade não poderá ser isto agora, mas ficará R\$216.500,00 e mais R\$233.000,00 para a complementação daquele Projeto ao qual foi feito este trabalho. E aquele “monte” de Obras que ficaram para trás, perguntarão vocês. Aquelas obras, de 11 a 13 PSFs, que estavam sendo solicitados de 1999 a 2002, precisamos, sem dúvida, fazer uma reavaliação destas questões. E para isso, aproveitando a presença do Secretário aqui, precisamos fazer uma reunião, específica, com o Conselho e o Gabinete, para estarmos discutindo isso. Qual a Política que iremos executar no município de Porto Alegre, em relação às obras dos vazios de atendimento? Qual é a política que vai ser adotada, pois estamos construindo um Plano Municipal de Saúde e estamos trabalhando pouco isso. Fala a Conselheira MARIA ENCARNACION que relaciona o nome das Unidades que deverão sofrer intervenção de obras

para separar expurgos, esterilização e sala de vacinas, com respectivos valores, aproximados. Passam a manifestarem-se alguns Conselheiros. Inicia a MARIA LETÍCIA, dizendo que, na realidade é esclarecimento mesmo, pois o que a gente acompanha lá no Conselho Distrital Glória-Cruzeiro-Cristal, é a Proposta de um Plano de Aplicação do OP estadual de 2001/2002, que tem uma lista de prioridades, onde consta nesta lista de prioridades um recurso de R\$300.000,00 lá para o Pronto Atendimento da Vila dos Comerciantes. Em diversos momentos fizemos esta priorização aqui e acho que ela não está sendo contemplada. Temos acompanhado a chegada de recursos lá para o Vila dos Comerciantes. O único que chegou foi o da Municipalização Solidária, de 2004, que era para compra de equipamentos. Aprovamos em 2005 uma verba, com recursos do Qualisus, para fazer a reforma do Centro de Saúde da Vila dos Comerciantes, que inclusive tem um Termo de Ajustamento com o Ministério Público Estadual, dando um prazo para a Secretaria Municipal da Saúde começar a reforma, tendo um Projeto, com uma Equipe, um Engenheiro responsável e que até agora isso não foi feito. Não foi por acaso que eu e o CLODOMAR votamos contra o recurso do HPS. Pode ser até uma atitude pueril, num primeiro momento, mas é de protesto. Todas as vezes que tiver recursos para o HPS aqui, nós vamos votar contra. Esta é a primeira atitude, quero deixar bem claro. Esta é a primeira coisa que nós vamos fazer. E para terminar, quero esclarecimentos deste recurso de R\$300.000,00, de 2002. Estamos votando outro aqui e este não foi cumprido. Nosso Posto está com problemas graves e sérios. Outra coisa também é sobre o Termo de Ajustamento de Conduta, que já tem 10 meses, agora em Setembro e este Projeto deveria estar na mão. A pergunta que eu faço a este Conselho é: qual a atitude deste Conselho? Vamos resolver isso aqui dentro ou vamos ter que ir para o Ministério Público, para ter resposta? Ou ir à Polícia Federal, pois está difícil. Fala a Conselheira ZILDA MARTINS, que aqui está representando a Comissão de DST-AIDS, em relação a questão do Hospital Vila Nova. Diz que o Contrato com o Vila Nova inspirou em 31 de agosto passado. Considerando, por relatos, que o Hospital está alterando aqueles padrões de qualidade, para melhor. Considerando-se também, conforme o Gestor, que não há Prestador que atenda aquela clientela. A Beneficência Portuguesa teria afirmado, por exemplo, que não teria interesse em fazer. Portanto, considerando toda esta realidade, a idéia é de que até dezembro se mantenha este Contrato, através de Aditivo, mas que o Gestor faça um gerenciamento junto a outros Prestadores, para que fique 20 leitos com este outro Prestador e 20 leitos com o Vila Nova. E em dezembro, discutindo um Contrato novo. Fala a Conselheira HELOÍSA ALENCAR, dizendo que sua colocação é a mesma que fez na reunião extraordinária, sobre os recursos para o Vila Nova, com recursos da Municipalização Solidária. E o mesmo posicionamento que eu vou fazer aqui. O Convênio do Vila Nova é para prestação de serviços em internação para pacientes com AIDS. O Vila Nova recebe por estas internações este “plus” por estas internações, pois ninguém mais na cidade quer receber estes pacientes. Algumas parcelas do Convênio que venceu em agosto foram pagas com o dinheiro do teto, dinheiro da Assistência. 95% destes recursos tem que ser gastos com Prestadores e 5% a Secretaria pode disponibilizar para pagar inclusive este Convênio. Então minha questão é esta, ou seja, não concordo que recursos da Municipalização Solidária, que é um recurso que pode ser utilizado para estas coisas que estão faltando e estão sendo questionadas como reformas, equipamentos, etc.. Estes recursos não vão sair nunca do teto. O levantamento que a ENCARNACION e a FRANÇA fizeram é para R\$660.000,00. Estão sendo contemplados uma parcela disso. Tem recursos que estão sendo questionados, como a Vila dos Comerciantes, que também não foram feitos. O Santa Marta está com o teto podre, caindo em nossa cabeça. Então, estas obras não poderão ser contempladas senão com recursos da Municipalização Solidária. É a única fonte de recurso que a gente tem para fazer, obras, reformas, compra de equipamentos. Então não sou contra de se fazer o Convênio por 4 meses, com o Vila Nova, mas sou contra que se use este recurso. Se a gente for olhar o Relatório de Gestão iremos ver que tem aumentado sistematicamente o gasto, por exemplo, com exames ultra sofisticados. Tem sido prioridade sem discutir conosco. Então este é o meu questionamento. Faz sua intervenção o Conselheiro DARCY VILLANOVA, dizendo ter ouvido aqui questionamentos sobre o OP. Só queria saber se o OP está fazendo transferência dos recursos que foram aprovados. Se não está fazendo a transferência, estas obras não podem ser feitas com o

dinheiro do Fundo Municipal de Saúde. Fala o Conselheiro IVO FORTES, relatando episódio que ocorreu em reunião do Conselho Distrital Glória, terça feira a noite, cuja Ata pode ser disponibilizada. Ao Sr. Secretário, onde está trazendo relatos muito sérios, muito graves, referentemente ao Qualisus, pois correm notícias no meio de que os recursos que o próprio Secretário, e queremos a sua confirmação, nos declarou em Plenária no PAM 3 e aqui mesmo, onde estaríamos sendo contemplados com verbas significativas para as obras do Postão. Portanto, nesta seqüência de obras também estou levantando e estamos querendo uma posição da Secretaria, concreta, objetiva, quanto as obras que tem sido prometidas pela Secretaria. O Coordenador solicita ao Sr. GILBERTO BUJAK se há algum esclarecimento que possa dar. Este diz que o Conselheiro DARCI respondeu muito bem a pergunta da LETÍCIA, porque o OP, desde quando estou no Fundo, em 2005, não botou um centavo no Fundo, ou seja, as obras, poucas que são realizadas, o são com o dinheiro do Fundo Municipal de Saúde. Intervém a Conselheira MARIA LETÍCIA dizendo estar errado. Sim, diz o Sr. GILBERTO, está errado a muito tempo. Não estamos recebendo dinheiro e as obras que estamos fazendo, poucas que restam, estamos tentando, em conjunto com o Conselho ver onde dá para se fazer. O PAM 3, como tu colocas, está no Orçamento, para este ano. Tem 2 milhões. Agora, infelizmente, se sair, vai ter que sair do Fundo. Só se a Administração Centralizada fizer as obras pelo Vínculo 40. Ai não tem problema. Isso que temos que acertar com a Prefeitura. Fala a Conselheira MARIA LETÍCIA, dizendo que talvez tenha me expressado mal. São duas coisas. Uma: como não foi possível pelo OP, nós cobramos pela Municipalização Solidária. E, são as mesmas demandas. Se manifesta o Conselheiro NEI CARVALHO, referindo-se ao que a LETICIA falou. Sobre a Obra do Teto, dos 300 mil reais que estavam no Projeto e ainda está no Projeto de 2002 da Municipalização Solidária. Na verdade seriam R\$270.000,00 para o PAM 3 e duas parcelas de R\$15.000,00 uma para cada Unidade de Saúde com PSF, Tronco e Santa Tereza. Cercamento do Santa Tereza e Concerto Hidráulico da a Vila Tronco. Mais o Elevador e o Telhado. Como estavam demorando os recursos da Municipalização Solidária conversamos com o Conselho Distrital Glória e resolvemos colocar a Obra no PROESF. Então a verba esta gravada em duas rubricas. Não foi dito aqui uma coisa importante. Não é somente este recurso da Municipalização Solidária que é devido pelo Estado à Secretaria Municipal de Saúde. Tem alguma coisa em torno de 6 milhões em atraso. O Sr. PEDRO RIBEIRO é o próximo a manifestar-se, dizendo que primeiro, reforçando o que HELOÍSA falou, que parece que ano após ano se está injetando dinheiro em um serviço que tem problemas de gerenciamento, no mínimo. Qual a intervenção então? Somente colocar dinheiro ou outro tipo de intervenção, se necessário? Em qualquer outro tipo de instituição isto aconteceria. Outra coisa. No dia 19 próximo teremos uma reunião da COSMAN cujo tema será a Superlotação da Emergência do Pronto Atendimento do Cruzeiro do Sul. O que nós vamos lá dizer? O que gera a superlotação de usuários? Estamos sempre em crédito de dinheiro para Obras a serem executadas naquele Posto. A uns meses atrás estivemos conversando com o Secretário. Tivemos 3 reuniões com ele. Fomos atendidos em algumas questões. Quando conversamos com ele dissemos que nosso próximo passo seria a responsabilização do Gestor. Volta a se manifestar o Conselheiro NEI CARVALHO, referindo-se ao recurso de R\$240.000,00 para o Vila Nova, até o fim do ano. Nós já havíamos combinado que não aprovaríamos nada mais aqui caso não se tivesse o documento assinado. Neste caso do Vila Nova há uma proposta de Aditivo ao Convênio, para os próximos 4 meses e enquanto isso se avalia melhor o futuro Convênio. Mas este Aditivo ainda não passou pelo Conselho, que deverá vir através da Comissão de DST-AIDS. Portanto sugiro que apontemos estes Recursos mas não o aproveitamos enquanto não tivermos o Aditivo. Manifesta-se o Conselheiro OSCAR PANIZ, dizendo não concordar, pois criamos um Grupo para apresentar uma proposta, juntamente com o Gestor e agora, um dos membros do Grupo faz nova proposta. Enquanto a Plenária faz o encaminhamento das 3 Propostas a serem avaliadas e escolhida uma delas, o Conselheiro HUMBERTO SCORZA se manifesta lembrando que este dia 14 de Setembro é muito significativo pois-----Dra. MIRIAM DA ROSA, em que a Comunidade se organizou no Conselho Popular da Glória, na União de Vilas é que faço, homenageando a todos, na pessoa da “BETE GORDA” que não é mais gorda, e não está aqui neste momento. Ali, organizou-se uma

ocupação naquele Posto, em que a própria Polícia foi avisada. Era Governador do Estado o Sr. PEDRO SIMON. ANTENOR FERRARI era o Secretário da Saúde. ALCEU COLLARES o Prefeito de Porto Alegre e o Ministério da Saúde, que tinha sua representatividade aqui. Houve, organizadamente, uma ocupação, em que a Polícia foi avisada e a comunidade muito bem preparada. Daí, naquele dia, em que os Usuários, para temor de alguns colegas meus, que perguntavam o que iriam fazer estes Usuários aqui dentro. Vão entrar em nossos consultórios? Não, vão fazer o que sempre fizeram, ou seja, vão estar aqui dentro. Conseguiu-se, arrancou-se, e porque se fez aquilo? Por causa deste tal de Gerenciamento. Porque as autoridades apaniguavam aqueles médicos, aqueles colegas, em diversos serviços no PAM 3. A comunidade disse: não, não pode acontecer. Arrancou-se naquele dia o primeiro espaço municipalizado de saúde, em Porto Alegre, onde está hoje o Pronto Atendimento. Foi uma conquista belíssima. Eu trago isso, pois se não fizermos memória dos fatos, e por isso a comunidade tem direito a tanta indignação, de ir para a rua, não tendo medo de botar a cara na rua. Isto não é a falta de respeito com ninguém. É pela manutenção de nossos direitos de cidadão. Nós não podemos continuar sendo enrolados. Temos uma mídia que não nos favorece. Porque não está a mídia aqui dentro? Se for a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores ou se há alguma autoridade, alguma instituição corporativa importante eles dão notícia. Porque não cobrem uma reunião do Conselho? Pois eu quero fazer esta homenagem. Quero que vocês vão se informar. 14 de setembro é histórico para nós. Providencialmente, esta mesma região, não está tumultuando, e aí eu me preocupo quando eu vejo algumas atitudes aqui por dentro de desabafo e pessoal. Não, nada é pessoal. Estamos no Controle Social para ajudar o Gestor. Se o Gestor não entende ou não pode, nós temos os nossos meios de fazer isso. Sair para a rua é bom. Ato público é bom. Retomando a Pauta o Coordenador OSCAR PANIZ apresenta as 3 Propostas de aplicação dos Recursos da Municipalização Solidária. A Proposta 1, que é a Proposta Integral. A Proposta 2, completa, menos os R\$240.000,00 que seria para pagar o Aditivo do Convênio, de Setembro a Dezembro de 2006. E a Proposta 3, que os R\$240.000,00 sejam usados para obras em Unidades de Saúde, somando um total, para estas de R\$689.000,00. Fala a Conselheira MARIA GENECCI, dizendo que nós estamos de parabéns. Pela primeira vez, está todo mundo parando e vendo o que vai votar, pois até agora

estamos votando tudo “goela abaixo” aqui. Por isso nós estamos fazendo o nosso Curso de Capacitação. Retoma o Coordenador e aproveitando que a Conselheira MARIA GENECCI citou a Capacitação, diz que a mesma está sendo muito positiva. Já tivemos 5 encontros. Já temos programação para todo o mês de outubro. E no próximo dia 27, a semana que vem, haverá aula. Se pronuncia a Conselheira MARIA LETÍCIA, dizendo que votará na Proposta 3 e quer já incluir neste valor de R\$689.000,00 o recurso de R\$300.000,00 da Municipalização Solidária, para o Elevador e o Telhado do PAM 3 e as Obras na Tronco e Santa Tereza. O Conselheiro JAIRO TESSARI solicita esclarecimentos, qual seja, que a única Proposta que garante o pagamento ao Vila Nova é a 1. O Coordenador lhe confirma que é isso mesmo. A Arquiteta CRISTINA esclarece, sobre a Proposta da MARIA LETÍCIA, que seriam Cobertura e Elevador. Fizemos o Plano Diretor e o Elevador não teria tanta prioridade. Lugares de mais difícil acesso a gente baixaria de andar. Lembra ela que existe um Recurso do QUALISUS que é somente para a Emergência dos Comerciantes. O Secretário PEDRO GUS se manifesta, dizendo que esta parte do QUALISUS tem sido administrada pelo Dr. MARINON, que não pode estar aqui hoje e me transmitiu a seguinte situação, que já tinha conhecimento, mas que fiquei mais a par de toda a situação. Aquele 1 milhão e novecentos que eu participei ao pessoal da Cruzeiro, que seria empregado lá, e que tem um prazo de utilização deste dinheiro, se nós não o usarmos, o Ministério nos recolhe, e perdemos. O Projeto do HPS já estava todo ele atualizado e este dinheiro complementaria o que o Pronto Socorro precisou. Nós acertamos com a Dra. TEREZA, que é Consultora do Ministério para o QUALISUS, e ela nos prometeu, para o ano de 2007, especificamente para o PACS, de 4 a 4,5 milhões de reais, para fazer uma reforma “legal”. Para ficar com a cara de um GHC. Como disse o nosso pessoal técnico, não tínhamos condições de concluir este processo. São projetos demorados. Temos uma pequena parte de Arquitetura. Temos agora um Convênio com a SMOV, que está nos ajudando a fazer este Projeto. Ele estará pronto e tenho certeza que tanto a Dra. TEREZA quanto o

pessoal do QUALISUS, irá manter esta situação para o ano que vem, especificamente para a Cruzeiro do Sul. O que na verdade aconteceu é que para não perdermos este dinheiro, o passamos para o Pronto Socorro, que estava com o processo pronto. Com isso, temos uma complementação melhor para o HPS e no ano que vem temos a promessa do Ministério e o Ministério tem cumprido o que tem acordado conosco. Empregaremos totalmente este dinheiro no PACS. Retoma-se a votação das propostas de aplicação dos Recursos da Municipalização Solidária. O Coordenador, OSCAR PANIZ, lembra então que as Propostas 1, 2 e 3, acima descritas serão votadas por maioria simples e individualmente. É solicitado que os que concordam com a Proposta 1, que é a Proposta Integral. O resultado são de 3 votos favoráveis. A Proposta 2, que é descontando-se 0s R\$240.000,00 referentes ao Vila Nova, que serão liberados somente com a aprovação do Aditivo no convênio, de Setembro a Dezembro. Colocado em votação, é contemplada com 16 votos. A Proposta 3, que é a de que os R\$240.000,00 sejam usados em obras da Rede, nas Unidades de Saúde. É encaminhada a votação obtendo 9 votos. Seguindo nos informes o Sr. ALBERTO TERRES representante do SIMPA faz sua manifestação. Diz que o Sindicato foi chamado no mês passado, no PAM 3, pelos servidores, em função da superlotação dos pacientes Psiquiátricos. Fomos chamados à noite. Estivemos lá por volta de 22:00 hs e verificamos a situação abordada pelos funcionários. Naquele momento haviam 5 servidores do nível médio, uma Enfermeira e um Médico e 26 pacientes. A ampla maioria deles, deitados no chão, em colchonetes pediátricos. Uma situação bastante precária. Os funcionários bastante indignados pela forma precária da estrutura com que eles estão trabalhando lá. Existem determinados momentos que ultrapassam os 30 pacientes. O Sindicato encaminhou uma solicitação à COSMAN, da Câmara de Vereadores, convidando o Ministério Público, o Conselho Estadual e o Municipal, Gestores Municipal e Estadual, para que se possa fazer o debate sobre esta questão que paira sobre Porto Alegre. Esta reunião será na próxima terça feira, na COSMAN, as 14:30hs e estamos convidando a todos para lá se fazerem presentes. Seguindo a Pauta diz o Coordenador que teríamos agora a apresentação do PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, para a apreciação e votação. Diz o Coordenador OSCAR que recebeu um documento, sem assinatura da Sra. ANA CAROLINA MULLER, da Comissão de Assistência Farmacêutica(anexo à esta ATA) o qual diz da realização de um Seminário de nome “PLANEJAR É PRECISO” organizado pelo Ministério da Saúde, para a organização e planejamento da Assistência Farmacêutica Municipal. Serão Seminários que acontecerão nos dias 30/10 e 7/11 de 2006, para 496 municípios do RS e em Porto Alegre o mesmo ocorrerá em 7 de novembro, com local a ser definido. É informado ainda na correspondência que o prazo de 30 de Setembro de 2006 para a entrega dos Planos Municipais de Assistência Farmacêutica foi prorrogado para data posterior a realização dos Seminários. Como o documento não estava assinado o Sr. Secretário da Saúde, Dr. PEDRO GUS, confirmou-nos o que expomos, retirando-se então este assunto da Pauta. Continuando há um pedido da Conselheira LISIA, lembrando que a Comissão de Assistência Farmacêutica foi reativada e estamos necessitando de colaboração, principalmente de Usuários. As vagas estão em aberto. Passa a manifestar-se o Conselheiro CLODOMAR FREITAS, dizendo estar muito indignado, decepcionado, como ser humano. Estou enojado, que nem Plasil adianta. Hoje a comunidade da Glória-Cruzeiro-Cristal está de luto. Envergonhada neste monte de lutas. Enganada, muito enganada. Entra Gestor, sai Gestor. Nos chamam, passando a mão na nossa cabeça. Olha, vais ganhar um prato de feijão amanhã. E a comunidade vai levando. A gente acredita no ser humano. A minha mãe sempre me diz “99% sempre é bom” 1% não presta. Fico apavorado com isso aí. De acreditar nas pessoas e elas nos apunhalar pelas costas. É uma vergonha. Nós, usuários, lutamos pela Saúde. O que temos é falta de Saúde. Nós não ganhamos nada para estar aqui. Nem a ficha do vale transporte, porque é uma rifa pela fichinha. Este Conselho não é respeitado pelo Gestor. Nunca foi respeitado pelos Gestores que entram. Essa é a maior vergonha que existe. É a primeira vez que vejo um debate, discutindo a realidade e o destino do dinheiro. Pena que a Proposta 3 perdeu. Nós não temos obrigaçãpo com o Vila Nova. Quem tem obrigação é o Secretário e este Contrato não está firmado ainda. Já foi dito aqui, em Plenária, como é que se vota uma coisa que não tem contrato. É ilegal. Então, nós aqui, estamos agindo ilegalmente. O que nós estamos fazendo aqui

Conselheiros? Nos chamar, firmar um acordo com o Usuário e depois, nas costas do Usuário, transferir o dinheiro, que tinha sido acordado com a gente para outro Órgão. Lá é mais bonito. Lá aparece na foto. Isso é politicagem. Demagogia. Vou votar, aqui, sempre contra o Pronto Socorro. Ai o Senhor aparece na foto e nós não temos atendimento. Na semana passada foi atendida uma Sra., que ficou baixada 3 dias, neste Posto que não é valorizado pelo Gestor. É um lixão. Não respeitam o Postão. Lá são atendidas 88 mil pessoas, no trimestre. E não é respeitado. Atendemos muito mais que no Pronto Socorro. O Sr. Nunca sabe o que acontece lá, Secretário. O Senhor não vê o que acontece lá. Eu não sei. Eu não vi. Eu não entendo como tem a assinatura do Secretário. Ele nunca vê nada. Eu não entendo isso que está acontecendo. Eu também tenho 54 anos e não sei porque estou no mundo. Eu fico aqui pasmo, com o não sei. Não sei o que eu faço aqui. Vocês não gostam de ouvir o usuário. Podemos participar e votar, mas ser ouvido não. Entrou esta paciente no PACS e ficou 3 dias. Os médicos deram Plasil e soro para ela e remédio para a dor. Deram alta para ela. Não examinaram a paciente. Esta paciente foi para o Pronto Socorro, onde veio a morrer, porque tinha uma “úlceras estoradas”. Então vocês vêem conselheiros, onde nós estamos. E os médicos brigando lá, pois agora é minha hora de dormir. Isto a filha da paciente comentando para nós. Nós ouvimos isto no Conselho Distrital. Ficaram discutindo quem ia dormir primeiro e a paciente com dores e ninguém examinando ela. No passado, encostaram o caminhão em nosso sucatão e levaram nosso ar condicionado. Precisava para outro Hospital. Para onde foi? Eles não fazem escrita de nada. É horrível para nós Usuários, sermos enganados. A minha indignação é esta. Não pelo jeito que o Senhor mandou o dinheiro para lá. Podia ter nos chamado, como nos chamou para dizer que o dinheiro estava. Nós, Usuários, gostamos de participar. A minha indignação é muito grande e estou muito decepcionado. Olha, Dr. HUMBERTO, invadimos em 1988. Será que temos que invadir aqui? Invadir o PAM de novo? Fala a Conselheira ZILDA MARTINS dizendo que na reunião do seu Conselho Distrital, nesta terça feira passada, houve um reconhecimento de que as Equipes do Murialdo estão atendendo muito bem, mas que os recursos financeiros, humanos, de medicamentos estão muitos precários. O que eu peço é que o Gestor Municipal nos dê uma posição de como se encontram as negociações sobre a Municipalização. Se não tivermos esta posição, temos que ir para o Estado e para o Conselho Estadual de Saúde. Se manifesta o Sr. Secretário, Dr. PEDRO GUS, dizendo estar marcado para a próxima terça feira uma reunião, as 15:00 hs, no Gabinete do Dr. GABARDO, juntamente com o Ministério Público. Isto não se resolve

em 30 minutos. A Dra. DENISE AERTS já encaminhou um Relatório, muito detalhado, sobre a situação do Murialdo. Foi para o Ministério Público. A Dra. MARINES ASSMANN nos ligou hoje e marcamos para terça feira com o Dr. GABARDO, onde pretendemos tratar isso seriamente, como temos feito aqui, embora algumas pessoas não acreditem. Só iremos assumir no momento em que tivermos condições de cumprir. Manifesta-se o Sr. PEDRO RIBEIRO, encaminhando um pedido de Pauta neste Conselho para discutirmos o PAM 3, sendo prontamente acatado pela Coordenação e com concordância da Plenária. Encaminhando a Pauta final é solicitada a presença à Mesa do Dr. GILBERTO BARICHELLO, representando a Direção do GHC, para tratarmos do Convênio entre o Município e aquela Instituição, sobre a Saúde Comunitária. Enquanto este não chega é solicitado ao Conselheiro PAULO STOELBEN que dê seu informe. Diz que a Comissão de Fiscalização reuniu-se no dia 11 passado com a Comissão de Saúde da População Negra e Saúde Mental e dará segmento, com reuniões com os Coordenadores destas Comissões. Informa também que amanhã, 15 de setembro, haverá uma reunião na Gerência de Regulação, com a Dr. KEIA, sobre o Mutirão de Saúde, para analisarmos os resultados do mês de agosto. Estamos aguardando para tratarmos da Contratualização e também para tratarmos sobre a ULBRA no IAPI. Manifesta-se o Senhor Coordenador, OSCAR PANIZ, dizendo que já foi enviado ao Gabinete nova correspondência, sobre a pendência ULBRA/IAPI. Respondendo sobre este assunto, o Sr. Secretário, Dr. PEDRO GUS, diz ter feito contato com a ULBRA. Esta está fazendo contato com a Gerência de Regulação, pois houve uma falha nossa. Não conseguimos botar no Sistema, por falta de capacidade de nossa Informática. De incluir mais consultas. Eles estão recebendo somente do IAPI. A nossa Regulação não está encaminhando para lá por isso que estão atendendo aquém do

movimento. Já está acertado isso com o Dr. EDUARDO, para melhorar a partir desta semana e a Dra. NÍVEA está disposta a conversar e dar as explicações necessárias. A hora que marcarem, eles virão. Voltando a questão Convênio GHC X Município, manifesta-se o Dr. GILBERTO BARICHELLO, dizendo que está diante de 8 Atas do Conselho Municipal de Saúde, desde que a gente começou a negociar com a atual administração. Na última Plenária em eu estava presente e o Dr. PEDRO GUS também. Encaminhamos que teria uma reunião com o Ministério, com o Dr. LUIZ FERNANDO, que é o Coordenador da Atenção Básica. Esta reunião não saiu por uma única razão. O Dr. TEMPORÃO, que é o Secretário de Assistência à Saúde, e o Dr. LUIZ FERNANDO, da Coordenação, estiveram viajando para o exterior. Por isso a reunião não ocorreu. Isto foi no dia 20. Teve também um evento sobre Atenção básica, em Fortaleza e as agendas não coincidiram. Não sou eu que marco a agenda do Ministério da Saúde e acho que nunca vou marcar. Ficou para o próximo dia 21 de setembro, esta reunião acontecer aqui em Porto Alegre, que coincidirá com a Reunião do Conselho de Administração do GHC, onde o Sr. Ministro estará presente, pois irá inaugurar a nova área da Onco-Hemato, do Hospital da Criança. Paralelamente ocorrerá uma reunião com o Coordenador de Atenção Básica, com o Município. Esta confirmação tivemos hoje pela manhã. Espero que as Agendas não mudem. Não tenho governabilidade sobre elas, mas estão marcadas. Não somente com a presença do GHC e Município. Lembram que a gente encaminhou a presença do Conselho Municipal de Saúde, um representante do conselho Estadual, mais um representante dos Trabalhadores do GHC, eleito no Conselho de Administração. De fato, a Ata dizia que hoje deveria estar-se aqui, para dar retorno da reunião entre as partes, só que a reunião não aconteceu e portanto não há novidade. Houve uma posição do Município de que não tem recursos para bancar as responsabilidades que lhe cabiam. O GHC deu posse aos 44 novos funcionários, para as 12 Unidades de Saúde. Passa a manifestar-se o Dr. PEDRO GUS, dizendo que está confirmado o que o BARICHELLO afirmou. Estivemos em Brasília. Anunciamos isso aqui. Levamos a situação de toda a realidade. Estávamos juntos o AMORETTI, o BARICHELLO, eu. Estivemos nesta reunião de Brasília, apresentando isso. O Ministro designou este grupo para trabalhar. Não compete a nós marcar a hora da reunião. Espero que no dia 21 a gente tenha uma solução. Falei hoje com o Dr. TEMPORÃO. Confirmou que no dia 21 estará aqui. Além da reunião do conselho, teremos uma reunião especificamente sobre este assunto. O Coordenador abre para esclarecimentos da Plenária e o Conselheiro HUMBERTO SCORZA se manifesta, solicitando a mesa que não ocorra o que já ocorreu. Que seja já, amanhã, feito o convite a quem foi combinado que tem que ser convidado. Não é o fato de não estar o coordenador ou outro, o Conselho tem o Núcleo, que tem que funcionar como Núcleo e não centrado em uma pessoa, que se não está a coisa não acontece. Quem se manifesta é o Sr. PAULO, dizendo que a comunidade já está cansando. Sábado irá ter um evento lá na Escola Aberta e eu queria levar esta resposta, mas não vai dar novamente. Espero que termine esta novela, pois ela está cansativa. A Conselheira ALAIR é quem se manifesta e diz esperar que nasça esta criança. Fala a Conselheira IONE NICHELE. Se preocupa, pois foi dito que no dia 21 será tomada a decisão. Mas que decisão vai ser esta. Seremos contemplados ou ganharemos novo susto. Que decisão vai ser tomada lá. A expectativa que a gente está tendo é de que a decisão venha ao encontro dos interesses daquilo que se discutiu. Nós combinamos que se houvesse algum Convênio, este seria assinado aqui, em Plenário. Fala novamente o Conselheiro HUMBERTO SCORZA dizendo que quem for representar o Conselho Municipal de Saúde, leve a decisão do Conselho. Não leve de sua cabeça. Deixemos claro isso. Quem vai à reunião, que não seja cereja para enfeitar bolo. Vai lá para levar a posição deste Conselho, em relação à este Convênio. O Coordenador, OSCAR PANIZ, esclarece ao HUMBERTO se caso seja ele que represente o Conselho nesta reunião, certamente retratará o que a Plenária decidiu e não ponto de vista pessoal. Fala a Sra. NEUSA, do Parque dos Maias, questionando se o problema mesmo é o de o Município não ter como pagar os Agentes Comunitário, se o Ministério não assumir isso? Responde o Sr. GILBERTO BARICHELLO, dizendo que a única pendência em discussão é a questão do dinheiro. Foram feitas todas as discussões. A da Excepcionalidade, do Plano Operativo, seja a Composição das Equipes e assim por diante. Quando tudo isso foi feito o município fez as contas e disse que não tinha dinheiro.

Portanto, o que vamos discutir com o Ministério da Saúde, embora o GHC é Ministério da Saúde, este vai decidir se nós do GHC vamos bancar tudo e portanto vai ter que nos mandar mais dinheiro. Então é isso, no dia 21 vamos discutir quem paga a conta do dinheiro que ainda falta. Fala a Conselheira MARIA GENECCI, dizendo que o que ficou combinado aqui é de que este Conselho votou em Plenária passada, lá pelas 11 horas da noite, a favor. O Sr. RAUL MARTINS, representando o Gestor, disse que tinha dinheiro e nós votamos. Isso tem que ficar bem claro. Ele estava na Mesa e inclusive induziu o voto favorável. Estava tudo pronto. Tudo decidido e nós votamos. Com esta última intervenção é encerrada a Plenária, as 20:40 hs e lavrada a presente Ata.

OSCAR RISSIERI PANIZ

Coordenador do CMS/POA

AURA MENDONÇA

Secretária

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 16/08/2007.

© 2014 Microsoft Termos Privacidade e cookies Desenvolvedores Português (Brasil)